

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
INSTITUTO LATINO AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLITICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PEDRO HENRIQUE DELFINO

A MODERNIZAÇÃO DO APARATO DE DEFESA BRASILEIRO *VERSUS* O
DILEMA DE SEGURANÇA: AVANÇOS E DESAFIOS

FOZ DO IGUAÇU

2014

PEDRO HENRIQUE DELFINO

**A MODERNIZAÇÃO DO APARATO DE DEFESA BRASILEIRO *VERSUS* O
DILEMA DE SEGURANÇA: AVANÇOS E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso na área de
Relações Internacionais da Universidade Federal
da Integração Latino Americana como requisito
parcial para a obtenção do título de graduação
em Relações Internacionais e Integração.

Orientador Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira

FOZ DO IGUAÇU

2014

PEDRO HENRIQUE DELFINO

A MODERNIZAÇÃO DO APARATO DE DEFESA BRASILEIRO *VERSUS* O DILEMA
DE SEGURANÇA: AVANÇOS E DESAFIOS

Aprovado em 09 de Dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA

Dr. Lucas Kerr de Oliveira - UNILA

Me. Mamadou Alpha Diallo - UNILA

Dr. Marcelino Teixeira Lisboa - UNILA

AGRADECIMENTOS

A Deus por me dar forças durante os momentos bons e ruins.

A família pelo apoio e por me esperar. Especialmente as minhas mães (Josefa, Iedinha, Diva e Bia) que mesmo de longe e cada uma a sua maneira, me apoiaram desde o início nesta nova etapa que é o ensino superior. E ao meu irmão Ruan, que por mais forte que seja o sentimento recíproco de saudade, sempre compreendeu a importância de estar parcialmente presente nesta etapa de sua vida e até hoje aguarda a minha presença para lhe contar histórias até cair no sono.

Aos amigos que são inúmeros e por isso nomeá-los um por um seria tarefa extremamente difícil, porém eles sabem quem são e que só tenho a agradecer pela paciência, pelos momentos alegres e difíceis que passaram comigo durante todos esses anos. Alguns perto e outros do outro lado do mundo; porém sempre com lugar em meu coração.

Ao Professor Lucas Kerr pelas informações, paciência e orientações prestadas.

Aos demais professores do curso, em especial a Tchella, Tereza e Pablo; que em épocas difíceis, souberam lidar com minhas preocupações. E ao corpo docente como um todo, com agradecimento especial ao professor que me emprestou em tempo quase findo porém hábil, a bibliografia que proporcionou um toque especial a este trabalho; e aos demais que contribuíram de inúmeras formas para que saísse após 4 anos com um leque que jamais imaginaria que teria.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso visa analisar como o crescente aumento e investimento dos gastos militares se tornou um grande desafio para o governo brasileiro. Como tornar isto possível minimizando os atritos que decorrem da modernização de seu arsenal e de compras de novos equipamentos. Para efetuar tal análise o projeto se baseará principalmente sobre três documentos oficiais: a Política Nacional de Defesa(2005), a Estratégia Nacional de Defesa(2008) e o Livro Branco de Defesa Nacional(2012) e também nos teóricos mais relevantes da área. Em uma conjuntura internacional, fazer-se influente com a devida cautela é vital para não prejudicar os interesses nacionais, e a defesa dos cidadãos. O poder e suas projeções como instrumento de segurança, os projetos brasileiros para obter maior independência e influência no sistema, as novas ameaças (cibernéticas, terrorismo, nuclear, etc.) e como a Unasul pode atuar em uma possível solução, serão partes abordadas em conjuntura com as políticas citadas. Aliando o desenvolvimento com as políticas públicas de segurança nacional, para elevar o nível técnico-científico brasileiro, o governo terá que investir pesadamente na construção, ampliação e capacitação de novas tecnologias. O que pode reincidir novamente sob o dilema de segurança, que não deve ser ignorado, porém não se pode deixa-lo barrar o desenvolvimento. Sem a intenção de se tornar um Estado imperialista, e sim apenas assegurar a continuidade da paz e a tranquilidade de seus habitantes, através da atuação e atualização das forças que defendem o país e o fomento de um pensamento sul-americano comum em Defesa.

PALAVRAS – CHAVE: Dilema de Segurança, Defesa, Realismo, Forças Armadas, Unasul, Dissuasão, *Smart-Power*.

ABSTRACT

The present work aims at analyzing course completion as increasing investment and military spending has become a major challenge for the Brazilian government. How to make it possible to minimize the frictions arising from the modernization of its arsenal and purchases of new equipment. To perform such analysis the project will rest primarily on three official documents, the National Defense Policy (2005), the most relevant National Defense Strategy (2008) and the National Defense White Paper (2012) and also in the theoretical area. In an international context, to be influential, with due caution is vital not to harm national interests, and the protection of citizens. The power and their projections as security instrument, Brazilian projects for greater independence and influence in the system, the new threats (cyber, terrorism, nuclear , etc...) and how UNASUR may act on a possible solution , the parties will addressed in conjuncture with the aforementioned policies . Combining development with public policies of national security, to raise the Brazilian scientific - technical level, the government will have to invest heavily in the construction, expansion and training of new technologies. What can reoccur again under the security dilemma, which should not be ignored, but you can not let it stop the development. Without the intention of becoming an imperialist state, but only to ensure continuity of the peace and tranquility of its inhabitants, through the action and update the forces defending the country and the promotion of a commom South American thought in Defense.

KEY - WORDS Dilemma of Security, Defense, Realism, Armed Forces, UNASUR, Dissuasion, *Smart-Power*.

RESUMEN

El presente trabajo de conclusion de carrera pretende analizar con el crescente aumento y investimento de los gastos militares se há tornado un gran desafio para el gobierno brasileño. Como hacer esto posible minimizando la fricción resultante de la modernización de su arsenal y la compra de nuevos equipos. Para llevar a cabo este tipo de analisis el proyecto va se sustener em cerca de três documentos oficiales: la Política Nacional de Defensa (2005), la Estrategia Nacional de Defensa y en el Libro Blanco de Defensa Nacioal (2012) y también em los teóricos mas importantes de la área. Em una conjuntura internacional, hacer-se influyente com la debida cautela es vital para que no hacer daño a los intereses nacionales y la protección de los ciudadanos. El poder y sus proyecciones como instrumento de seguridad, los proyectos brasileños para obtener mayor independencia y influencia en el sistema, las nuevas amenazas (cibernetica, el terrorismo, la energia nuclear, etc...) y como la Unasur puede actuar en una posible solución, seran las partes abordadas en el contexto de las políticas antes mencionadas. Combinando el desarrollo de las políticas de seguridad nacional para elevar el nivel técnico-científico brasileño, el gobierno tendra que invertir fuertemente en la construcción, ampliación y capacitación de nuevas tecnologías. Lo que puede denuovo reincidir sobre el dilema de seguridad, que no debe ser ignorado, pero no podemos dejar que esto detenga el desarrollo. Sin la intención de convertirse en um Estado imperialista y solo asegurar la continuidad de la paz y la tranquilidad de sus habitantes, através de la actualización y actuación de las fuerzas de defensa del país y la promoción de un pensamiento sur-americano comun em Defensa .

PALABRAS-CLAVE: Dilema de Seguridad, Defensa, Realismo, Fuerzas Armadas, Unasur, Disuassion, Smart-Power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, GRAFICOS E TABELAS

Tabela 1 – Dados dos principais países da América do Sul	15
Mapa 1 – Mapa de Europa em 1648, al final de la guerra de los treinta años.....	18
Tabela 2 – Guerras entre os Estados Sul-Americanos desde a independência dos países.....	27
Ilustração 1 – Arcos da estabilidade e da instabilidade na América do Sul	41
Tabela 3 – Projetos em fase de execução orçamentaria	50
Tabela 4 – Principais projetos da Marinha	53
Tabela 5 – Principais projetos do Exercito	53
Tabela 6 – Principais projetos da Aeronáutica	54
Mapa 2 – Complexos Regionais de Segurança no Pós-Guerra-Fria.....	57

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ALCA – Área de Livre Comercio das Américas
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CASA – Comunidade Sul-Americana de Nações
CELAC – Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos
CRS – Complexos Regionais de Segurança
EED – Empresa Estratégica de Defesa
END – Estratégia Nacional de Defesa
ESI – Estudos de Segurança Internacional
IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais
JID – Junta Interamericana de Defesa
LBDN – Livro Branco de Defesa Nacional
MD – Ministério Da Defesa
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE – Ministério Das Relações Exteriores
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONU – Organização das Nações Unidas
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo
PAED – Plano de Articulação em Defesa
PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comercio Exterior
PND – Política Nacional de Defesa
PROSUB – Programa de Desenvolvimento de Submarinos
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SISFROM – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Reciproca
TNP – Tratados de Não Proliferação de Armas Nucleares
ZEE – Zona Econômica Especial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. - DE VESTEFÁLIA AO SEC. XXI: AS MUDANÇAS DA CONCEITUAÇÃO DE SEGURANÇA	17
1.1 - O NASCIMENTO DO ESTADO E DO SISTEMA INTERNACIONAL.....	17
1.2 - O DILEMA DE SEGURANÇA E A CONSTRUÇÃO DA CAPACIDADE DE PROJEÇÃO DE FORÇAS.....	22
1.3 - AS AMEAÇAS CONTEMPORÂNEAS AO BRASIL: AMEAÇAS EXTERNAS, MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS E A CONFIABILIDADE DOS PAÍSES VIZINHOS.....	26
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	28
2. - A MODERNIZAÇÃO MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS E AS CAPACIDADES DE DEFESA	30
2.1 - DA ATUAÇÃO, NECESSIDADE DAS FORÇAS E ATUALIZAÇÃO DE SEU ARSENAL, CAPACIDADES CONVENCIONAIS E A DISSUAÇÃO.....	32
2.2 – A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA (PND); A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA (END) E O LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL (LBDN): ASPECTOS E PLANEJAMENTOS.....	36
2.2.1 – A INTEGRAÇÃO VIA SEGURANÇA E DEFESA E O ESCUDO CIBERNÉTICO: POR UMA IDENTIDADE SUL-AMERICANA EM DEFESA.....	38
2.3 - DAS DIRETRIZES PARA UMA MAIOR APROXIMAÇÃO CIVIL: ACADEMIA, MILITARES E SOCIEDADE – A TRÍADE PARA A EXPANSÃO DA DEFESA CONTINENTAL.....	43
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	45
3 – A UNASUL E O CONTEXTO BÉLICO SUL-AMERICANO	46
3.1 – A ORIGEM DA UNASUL E A CRIAÇÃO DO CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO.....	46
3.2 - HARD-POWER, SOFT-POWER, OU SMART-POWER: CAPACIDADES CONCRETAS OU TRANSFORMAÇÃO DE PODER NO DILEMA DE SEGURANÇA.....	49
3.3 O CONSELHO DE DEFESA: UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA DO DILEMA DE SEGURANÇA.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

O referido trabalho de conclusão de curso tem como eixo central contribuir para a análise sobre as intenções brasileiras em atualizar o seu poder de Defesa. A necessidade e a possibilidade do aumento da confiança entre os países da América do Sul como a principal forma de se apaziguar as animosidades históricas e sobrepujar o passado conflituoso. Para isto serão realizados três capítulos e uma conclusão, onde no primeiro capítulo se abordará sobre as bases teóricas e o avanço do conceito de segurança. No segundo capítulo será dada maior ênfase nos quesitos de Defesa Nacional e as políticas na aproximação com a sociedade civil. No último capítulo a análise de como se encontra tal tema em relação aos vizinhos e a possibilidade de usufruir de um órgão multilateral para o avanço da integração regional.

A atual estrutura do Sistema Internacional, pode ser considerada anárquica, na interpretação realista, na medida em que não existe um governo mundial nem indícios de que tal estrutura venha a existir em um futuro próximo. Isto faz com que, em última instância, um Estado não tenha a quem recorrer caso seja agredido por outra unidade estatal. Os Estados são os responsáveis pela sua própria sobrevivência em um ambiente competitivo e hostil. Os Estados vivem em um ambiente internacional que se assemelha ao “jogo de bilhar”¹ de Morgenthau, no qual é imprescindível possuir capacidades de auto defesa para garantir sua soberania. Neste contexto, o objetivo da sobrevivência e da segurança coexiste com a busca por poder por parte das grandes potências, em um ambiente internacional onde a possibilidade da guerra é como um espectro que paira sobre o Sistema Internacional. A segurança, segundo a conceituação de Cepik é: “[a] proteção e neutralização de ameaças contra alguém ou alguma coisa” (CEPIK, 2001, p.2). Para se obter segurança, é necessário a atuação de uma gama de capacidades defensivas que vão desde a obtenção de informações, até a capacidade de repelir uma agressão inimiga, se necessário com múltiplas capacidades de contra ataca-lo. Tais capacidades defensivas são proporcionadas por uma estratégia coerente e atualizada pela capacidade de tomada de decisão, pelo treinamento e prontidão, e, ainda, pela disponibilidade de um material bélico adequado e moderno. A combinação dessas capacidades é essencial não apenas para que as Forças de Defesa obtenham êxito em conflitos e disputas, mas também, para assegurar a soberania no âmbito político-diplomático e o desenvolvimento tecnológico e industrial autônomo de um país.

¹ Modelo para exemplificar o Sistema Internacional onde os Estados estão inseridos. A bola de bilhar (billiard-ball) onde as decisões do âmbito interno respaldam nas decisões externas dos Estadistas.

O realismo é uma das principais correntes teóricas do campo das Relações Internacionais. Pautado principalmente na busca por segurança e por poder, o realismo procura entender como as principais disputas políticas e econômicas globais provocam os conflitos armados interestatais. Os estudiosos do realismo partilham da ideia de um sistema internacional – enquanto sistema composto pela interação do conjunto dos Estados – caracterizado enquanto anárquico, no sentido de que não existe um poder soberano em escala mundial. Entendem que o Estado é o principal elemento do sistema internacional; que tende a defender seus cidadãos e seus interesses, tentando sobreviver frente à agressiva concorrência com os demais Estados. Para isso os Estados buscam acumular poder e se utilizam de todos os instrumentos necessários, inclusive a ameaça ou uso da força (NOGUEIRA E MESSARI, 2005).

Dentre os principais autores realistas destacam-se: Tucídides², que no livro A História da Guerra do Peloponeso³ demonstra como, desde os primórdios das civilizações, a disputa por poder e as desconfianças entre os Estados são centrais para compreender a política internacional. Maquiavel ao separar a moral política, ou do estadista, da moral religiosa ou do indivíduo preconizou não apenas o nascimento das Ciências Políticas modernas, mas ainda foi o primeiro pensador da modernidade a preconizar o uso de múltiplos meios e formas de poder – para além da simples dicotomia entre o convencimento e o uso da força –, como formas mais adequadas de ação do Estado na política internacional.

Hans Morgenthau⁴ considerado pai do realismo no século XX define entre os princípios do realismo político, a ideia de que a natureza do homem, e portanto, dos Estados, é egoísta e direcionada à aquisição de poder. O realismo entende a “*realpolitik*” como a verdadeira política, onde o comportamento dos Estados visa a sobrevivência através da manutenção do equilíbrio de poder. Pode-se afirmar que tanto o realismo como o neorealismo tem como eixo comum essa busca por sobrevivência, que segundo pensadores como Kenneth Watz se traduz na busca por segurança. A busca por poder, especialmente o poder bélico, torna-se o objetivo de muitos Estados no sistema anárquico mundial, não apenas pelo poder em si, mas pela perspectiva de obter o respeito dos demais, na medida em que permite dissuadir os mais fortes de uma possível agressão. Em contrapartida o pai do realismo ofensivo, John Mearsheimer, afirma que segurança nunca é suficiente e portanto os Estados

2 Historiador Grego que escreveu sobre a História da Guerra entre Atenas e Esparta ocorrida no ano V a.C.

3 Conflito armado entre Atenas e Esparta no século V a.C

4 Considerado o pai do Realismo e das Relações Internacionais por diversos teóricos.

tenderiam a acumular o máximo possível de poder, e, em última instância a busca primordial das grandes potências seria pela hegemonia.

A busca por supremacia no sistema internacional tende a gerar inúmeras formas de instabilidade e conflitos. Neste contexto, os Estados procuram se resguardar de diversas formas, utilizando-se desde métodos menos agressivos, como a diplomacia, até os mais violentos, como o uso da força. Sendo as capacidades de defesa um pré-requisito para a autoproteção de qualquer nação, torna-se crítico analisar o problema da atualização da estratégia e do equipamento de defesa de que dispõe uma força militar. Se, por um lado, a noção de segurança nacional pode ser problemática, devido aos inúmeros usos possíveis deste conceito, (CEPIK, 2001), por outro, esta estaria quase universalmente apoiada na ideia da proteção da população e do território nacional, assim como das instituições governamentais de um Estado.

Mesmo em tempos de paz, a necessidade do preparo faz com que o potencial bélico dos exércitos se renove e amplie ao longo dos anos. Todavia, ao menos teoricamente, não seria possível que um Estado realizasse uma grande modernização de suas capacidades de defesa, sem que os demais percebessem tal processo como ameaçador, portanto, alterando o nível de desconfiança dos demais países no sistema. Considerando que a maior parte das capacidades militares podem ser utilizadas para fins defensivos ou ofensivos, os demais Estados passariam a desconfiar do aumento da capacidade militar do primeiro. Isto gera o que os teóricos realistas chamam de “dilema de segurança”; o que pode alterar sensivelmente a relação de harmonia que um país qualquer tem com seus vizinhos. O dilema de segurança é um conceito criado por John Herz (1950), onde este enfatiza o aspecto social dos conflitos, incorporando o problema da percepção de ameaças, tendo em vista o papel da cooperação e da solidariedade presentes em um conflito. O Estado, guiado pela natureza egoísta dos seres humanos, na interpretação de Herz (1950), tenderia a se preparar para o uso da força, na medida em que o medo sobre as atitudes dos demais alimenta a insegurança, e portanto, fortalece o dilema de segurança.

Nogueira e Messari (2005, p.33) colocam mais didaticamente o dilema onde ocorre quando um país aumenta seu arsenal bélico na busca por segurança, gerando temor nos demais acerca dos possíveis usos de seus armamentos. Tal temor faz com que estes países também busquem armar-se em um nível igual ou superior, por percebê-lo como uma possível ameaça. Didaticamente o dilema de segurança é assim composto:

“Esquemáticamente, o Dilema de Segurança funciona da seguinte maneira. Um Estado A, procura garantir sua segurança e para isso adquire armas. Os demais Estados, que não têm como sondar as intenções do Estado A, sentem-se ameaçados e, por sua vez, também procuram adquirir armamentos para garantir sua segurança. Percebendo o armamento dos demais Estados, o Estado A confirma sua política original como correta e procura se armar ainda mais, de maneira a garantir sua segurança. Com isso, todos os Estados estão engajados em uma corrida armamentista que não tem saída nem vitorioso. O resultado disso é que, apesar de todos procurarem garantir sua própria segurança, tanto o Estado A quanto os demais estão menos seguros depois da aquisição de armas do que antes”. (NOGUEIRA & MESSARI, p.33).

Para evitar o dilema de segurança e dirimir as desconfianças com os demais Estados, considera-se que seria necessário utilizar uma série de mecanismos, desde a construção de confiança mútua, passando pela identificação de ameaças comuns, até a consolidação de uma estratégia de defesa coletiva.

No caso do Brasil, o dilema de segurança aparece tanto em relação às grandes potências quanto aos países localizados no seu entorno geoestratégico imediato, ou seja, aos seus vizinhos sul-americanos. Em relação às grandes potências, não há muito que o país possa fazer, pois estas, em uma busca incessante por mais poder, via de regra tendem a perceber os emergentes como ameaças em potencial. Já em relação aos seus vizinhos sul-americanos existem perspectivas claras para a cooperação e a construção de uma comunidade de segurança capaz de superar o dilema de segurança.

Nos últimos anos tem crescido os investimentos realizados pelo governo brasileiro nos projetos de modernização da defesa, especialmente no governo da atual Presidenta Dilma Rousseff (PATU & GIELOW, 2013). Neste contexto torna-se premente a necessidade de se ampliar o debate sobre a temática da defesa e da segurança. Esta preocupação, que já estava exposta desde a Política Nacional de Defesa (PND, 2005), tornou-se crítica nos últimos anos, sendo objeto de debate a partir da Estratégia Nacional de Defesa (END, 2008), e do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN, 2012). Neste sentido tornou-se fundamental analisar os potenciais benefícios e riscos de se modernizar a capacidade bélica das forças armadas do país, levando em consideração que capacidades ofensivas (ou de projeção de força), são mais facilmente percebidas como ameaçadoras por parte dos países vizinhos, do que capacidades defensivas (ou de dissuasão). Assim, considera-se que é muito importante discutir o perfil da modernização militar do país, que precisa ter capacidades de dissuasão críveis contra as grandes potências, assim como contar com o apoio dos seus vizinhos.

O Brasil enfrenta o desafio de fazer frente a uma série de novas ameaças não convencionais e convencionais que exigem a modernização de suas capacidades defensivas ao mesmo tempo que precisa aprofundar a integração regional e assegurar a estabilidade do seu entorno estratégico na América do Sul. O dilema de segurança, neste caso, se apresenta como crítico para o Brasil na medida que sua modernização de defesa pode vir a ser erroneamente percebida como ameaça por parte de alguns vizinhos. Contudo se o país não modernizar sua defesa amplia-se sua insegurança frente às grandes potências, que vem se mostrando progressivamente mais hostis a cada ciclo de crises econômicas mundiais.

O país precisa reequipar e modernizar suas Forças Armadas, preparando-se para fazer frente a uma grande variedade de ameaças, desde extremismo político, separatismo e terrorismo, passando pelas cyber-ameaças, até o tradicional risco representado pela guerra inter-estatal. Essas ameaças mostram-se críticas pois podem provocar diversas formas de interferência na soberania do Brasil.

Nesse contexto torna-se sensível resolver na prática dilemas como o de modernizar nossas forças de defesa sem gerar incomodo ou ser visto como uma ameaça pelos demais países. Como modernizar as capacidades de defesa sem provocar uma corrida bélica regional na América do Sul? Como garantir que esta modernização trará avanços para as indústrias de defesa nacionais e regionais? Como manter o país preparado para se defender, evitando o sucateamento das forças armadas, e mantendo a vocação historicamente pacifista do Brasil? Esses são alguns dos desafios a serem superados pelas áreas de defesa e segurança, essenciais para assegurar a sobrevivência do Estado.

Dentre as políticas para a área de segurança e defesa que o Estado brasileiro vem desenvolvendo ao longo dos últimos 15 anos, destacam-se as já citadas Política Nacional de Defesa – PND (2005), Estratégia Nacional de Defesa – END (2008) e o Livro Branco de Defesa Nacional LBDN - (2012). Enquanto a PND é focada majoritariamente nas ameaças externas, a END na reorganização das forças armadas, reestruturação da indústria bélica nacional e em uma política industrial para a área de defesa.

Já o LBDN tem como um de seus focos fortalecer a cooperação entre os países da América do Sul, e soma-se à END e à PND para almejar maior visibilidade aos assuntos que envolvem a defesa na sociedade em geral. Os três possuem como base comum o reforço do pacifismo brasileiro, a integração das forças armadas, a aliança entre defesa e desenvolvimento, a busca por maior aproximação da sociedade civil com a temática da defesa e segurança nacional, e a cooperação em defesa na América do Sul.

Mas tais proposições esbarram em diferentes aspectos geográficos e econômicos. As diferenças entre os Estados da América do Sul podem ser averiguadas desde a forma de colonização que receberam das ex-metrópoles, até o sustento de suas economias atuais. Além dos aspectos econômicos, tem-se os sociais que proporcionam diferentes realidades em um mesmo eixo continental.

Segundo dados da Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA em inglês) e do Banco Mundial, a realidade atual dos principais países da América do Sul pode ser vislumbrada na tabela abaixo:

Tabela 1 - Dados dos principais países da América do Sul

País	Área km ²	PIB em US\$ (2013)	Gastos Militares em relação ao PIB
Argentina	2.791.810	484.6 bilhões	0.91%
Bolívia	1.098.581	30.79 bilhões	1.47%
Brasil	8.515.767	2.9 trilhões	1.47%
Chile	756.950	281.7 bilhões	2.4%
Colômbia	1.141.748	369.2 bilhões	3.28%
Venezuela	916.445	367.5 bilhões	1.05%
Equador	256.370	91.41 bilhões	2.83%
Paraguai	406.750	30.56 bilhões	1.66%
Peru	1.285.220	210.3 bilhões	1.28%
Suriname	163.270	5.009 bilhões	2.43%*
Uruguai	176.220	57.11 bilhões	1.95%
Total	17.509.131	4.882.17 trilhões	

Fonte: Autoria do autor com base nos dados da CIA – The World Factbook e do Banco Mundial (2014).

*Os dados do Suriname são datados do ano de 2012

É muito importante que o Estado brasileiro considere, em sua política externa, o problema do dilema de segurança, minimizando seus impactos para não prejudicar os planejamentos já efetuados a médio-longo prazo pelas políticas do Ministério da Defesa. Para isso é essencial buscar maior sinergia entre as políticas do Ministério de Defesa e do Ministério de Relações Exteriores - MRE.

No contexto do continente sul-americano, a busca por uma maior integração regional fez com que fossem criadas organizações como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Alavancado pelo Brasil, que desde a criação do órgão anterior a Unasul - a Comunidade Sul-Americana de Nações CASA –, dada em 2004 pela Declaração de Cusco,

vem objetivando através de suas diretrizes externas uma maior integração e fortalecimento regional, aliada a uma maior convergência com outros países do Cone Sul. Em seus objetivos a Unasul tem como foco o:

(...) fortalecimento do diálogo político entre os Estados membros que assegure um espaço de concertação para reforçar a integração sul-americana e a participação da Unasul no cenário internacional (DREGER, 2009 p.47).

Tendo os países sul-americanos diferenças históricas diversas, será mais um grande desafio do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) - órgão subordinado da UNASUL, nos próximos anos, fomentar uma maior aproximação e cooperação regional, tendo em vista a superação das percepções de ameaça oriundas deste passado conflituoso. Contanto com órgãos para resolução de controvérsias entre os membros, a Unasul tem o Conselho de Delegados e Delegadas, o Conselho de Ministros e Ministras das Relações Exteriores e por último o Conselho de Defesa Sul-Americano, proposto pelo Brasil, como forma de evitar maiores conflitos intra-regionais. Alcançar o fortalecimento interno necessário, sem que o dilema de segurança atrapalhe os planos de modernização de defesa almejados, é um grande desafio a ser enfrentado.

A formação de um escudo de forças na América do Sul, evitando o alinhamento a potências extra-regionais, vem a ser um dos anseios do CDS (UNASUR, 2008). Atuando o órgão como um fomentador de confiança para evitar, dentre outros problemas, o dilema de segurança, a busca da paz no continente, e estabilizar os conflitos internos existentes. O mesmo não visa intervenções militares em conflitos, e o Brasil deseja evitar que o seu atual processo de modernização em defesa se torne um empecilho a suas diretrizes para os próximos anos. Assim, o CDS atuaria como uma “zona de paz e cooperação” que evite cisões internas (DREGER, 2009).

CAPÍTULO 1

DE VESTEFÁLIA AO SEC. XXI: AS MUDANÇAS NA CONCEITUAÇÃO DE SEGURANÇA

Este capítulo inicial aborda a evolução do conceito de segurança, através da ótica estatal, considerando as transformações históricas e estruturais sofridas pelo Sistema Internacional nos últimos séculos. Expõe também conceituações teóricas importantes para melhor compreensão da análise aqui utilizada, buscando instruir o leitor sobre os conceitos críticos para os demais capítulos, especialmente dos fatores que proporcionaram a evolução dos Estudos de Segurança.

Tendo início na estruturação do Estado moderno a partir de Vestefália, procura-se compreender o papel das forças de defesa para assegurar a Soberania dos Estados. Em seguida busca-se expor as posições teóricas de John Herz e outros autores que trabalham com o dilema de segurança, para aplicar ao caso brasileiro. Pretende-se, por fim, apresentar as ameaças contemporâneas ao Brasil e ao continente sul-americano, utilizando-se do método de análise e da abordagem teórica realista, para se efetivar uma melhor compreensão das relações interestatais no Sistema Internacional.

1.1– O NASCIMENTO DO ESTADO E DO SISTEMA INTERNACIONAL

O Estado como uma personalidade dotada de instituições jurídicas nem sempre fora como o conhecemos hoje. Tampouco o Sistema Internacional, que atualmente é marcado pela multiplicidade de atores que o constitui. Muitos autores acreditam que o Estado surgiu da sociedade ou que conforme progrediu a sociedade foi-se necessário um órgão máximo e centralizador (FIGUEIRA 2011). Autores como Jean-Jacques Rousseau, Thomas Hobbes entre outros, veem o surgimento do Estado vinculado a um contrato social acordado entre a sociedade e o Leviatã (FIGUEIRA, 2011, p.6). Já para Karl Marx e Frederic Engels o Estado é visto através dos aspectos econômicos, enfatizando seu papel de manter os privilégios da burguesia.

Tal forma de Estado como conhecemos atualmente, se desenvolve no contexto da Paz de Vestfália no ano de 1648 quando as potências europeias, através de um conjunto de

tratados, acabam com a Guerra dos Trinta Anos que assolava o continente. Tal guerra foi um conflito de ordem política-religiosa que perdurou de 1618 até 1648 envolve o Império Habsburgo e as cidades-estados do norte alemão que não concordavam quanto à religião a ser adotada. Após o fim da Guerra dos 30 anos, o príncipe passou a decidir sobre os assuntos internos, como a religião, retirando assim a autonomia do Imperador Habsburgo e do Papa, tendo maior autonomia quanto ao estabelecimento da religião oficial, sem uma influência externa (WATSON *apud* JESUS, 2010, p.2). Com estes fatores iniciam a laicidade estatal por diminuir consideravelmente a influência da Igreja Católica nas monarquias e abrem preceito para os conceitos de soberania e princípios como o de Estado-nação; pois muitos principados gozaram de maior autonomia no âmbito interno. Isto deixou mundo medieval livre do governo de duas autoridades tradicionais: igrejas (religiosos) e impérios (políticos) (BUZAN, 2012 p.53). Como pode demonstrar o mapa abaixo, a mudança sob o continente europeu após a Guerra dos 30 anos:

Mapa 1 - Mapa de Europa em 1648, al final de la guerra de los treinta años.



Fonte: Wikimedia Commons

Iniciando os aspectos do atual sistema internacional, os tratados firmados em Vestefália representaram um marco na história estatal e nos estudos de relações internacionais. Como expõe Buzan (2012, p.64), a mesma fora capaz de “retirar a emoção da

política, tanto entre os Estados quanto dentro deles”. Marca a “transição do feudalismo para a Idade Moderna” (SALOMÃO, 2008) e entre os internacionalistas prevalece a concepção de ser o início do sistema internacional como o conhecemos hoje. Os preceitos pregados por Vestefália foram amadurecendo pelos séculos até os dias atuais; levando a superação do período medieval, quando predomina o que Buzan (2012) chamou de “subordinação hierárquica”. Tal subordinação se daria ao fato de que todos detinham uma posição na sociedade; e que a figura do líder da Igreja Católica como um representante divino era presente.

O próprio conceito de soberania advém de antes dos tratados westfalianos. Bodin (*apud* Leider, 2005) afirma que já em 1576 a soberania é nada menos que o “poder absoluto e perpetuo de uma República”. Porém a paz de Vestefália insere-a em um contexto mais amplo, no sistema internacional. Croxton (2010) apresenta outra percepção sob a soberania, afirmando que a mesma é uma “suposição sobre a autoridade”, e autoridade e poder estes sim são os fatos concretos em si.

Sendo assim a soberania é um fator reconhecido ao longo do tempo pelos estadistas, onde o problema estava não em se considerar um soberano, mas em fazer ser reconhecido. A mesma é um dos componentes essenciais para a formação do Estado em conjunto com os elementos: território, povo e ordenamento jurídico (FIGUEIRA, 2011, p. 4). Westfalia fora o início de um processo que foi ao encontro de um Estado Territorial detentor de soberania, pois um estado soberano também favorece o aparecimento da propriedade privada, indo ao encontro do que pregava Marx e Engels sobre sua origem.

Analisando a origem das instituições para fins de defesa, pode-se citar o Exército de Esparta como um dos primeiros a ter uma estruturação profissional, tendo importante atuação Fora de muita valia durante as Guerras Médicas⁵ e na Guerra do Peloponeso⁶. É nesta guerra que Tucídides, um dos primeiros e principais autores realistas, faz sua análise da importância e das consequências da guerra. Como demonstra Nogueira e Messari (2005) Tucídides deixa como principal herança o lema que se pautam muitos realistas: “em um mundo onde os poderosos fazem o que tem poder de fazer, e os fracos aceitam o que tem de aceitar” (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p.20).

Dentre as inovações históricas importantes na área de defesa fora o exército na época da República Romana, por agregar a um exército o grupo de combatentes livres composto

⁵ Conflito territorial entre Gregos e Persas durante o século V a.C

⁶ Luta pelo território grego, entre Atenas e Esparta, logo depois das Guerras Medicas.

pelos cidadãos. No período feudal o ideal de segurança era caracterizado pelo domínio de um nobre, o senhor feudal, sobre uma área onde ele exercia inúmeras funções, como a defesa e a cobrança de impostos. A segurança da população local era realizada através de membros da sociedade denominados de cavaleiros. Além dos cavaleiros, a construção de castelos era típico da época, pois transpassava o ideal de defesa aos locais. As relações de suserania e vassalagem da época garantiam a fidelização do nobre para com o seu senhor feudal; que em troca do uso de suas terras lhe jurava obediência e auxílio nas questões militares. Maquiavel em sua obra *O Príncipe*, de 1513, já alertava quanto ao risco de se usar mercenários, orientando assim o príncipe Lorenzo de Médici a usufruir de exércitos próprios por inúmeros fatores, o que já demonstra a fragilidade que é deixar a questão de defesa e segurança sobre a subordinação de terceiros alheios a vontade do Estado:

:

“Quero demonstrar melhor a infeliz qualidade destas tropas. Os capitães mercenários ou são homens excelentes, ou não: se o forem, não podes confiar, porque sempre aspirarão à própria grandeza, abatendo a ti que és o seu patrão, ou oprimindo os outros contra a tua vontade; mas se não forem grandes chefes, certamente te levarão à ruína. E, se for respondido que qualquer um que detenha as forças nas mãos fará isso, mercenário ou não, responderei dizendo como as armas devem ser usadas por um príncipe ou por uma República. O príncipe deve ir pessoalmente com as tropas e exercer as atribuições do capitão: a República deve mandar seus cidadãos e, quando enviar um que não se revele valente, deve substituí-lo, quando animoso deve detê-lo com as leis para que não avance além do limite. Por experiência se vêem príncipes sós e repúblicas armadas fazerem grandes progressos, enquanto se vêem tropas mercenárias não causarem mais do que danos. Ainda, uma República armada de tropas próprias se submete ao domínio de um seu cidadão com muito maior dificuldade do que aquela que esteja protegida por tropas mercenárias ou auxiliares”. (MAQUIAVEL, 1513, p.48).

No século XVII a estrutura do Estado westfaliano já existia, embora ainda se travavam algumas guerras, e como muitos Estados estavam com despesas crescentes devido a essas guerras, a opção mais viável era ter um exército constituído de mercenários. Tal fator somente se altera no século XVIII com os exércitos permanentes dos Estados, o que traz efetivamente o Estado para fazer frente às questões de defesa. Mas um Estado soberano nos moldes contratualistas Hobessianos do *Leviatã*⁷, sendo o mesmo o defensor do indivíduo frente ao

⁷ Inspirado no *Leviatã* bíblico, Thomas Hobbes associa sua imagem com a do Estado, que é governado por meio de um contrato consensual na sociedade a fim de obter proteção e demais garantias de um soberano absoluto.

estado de natureza⁸, para evitar o medo e assegurar a sobrevivência, se estabelecia o contrato onde os indivíduos cedem ao Estado o direito de se proteger em troca do reconhecimento de sua soberania (BUZAN, 2012).

Um grande e importante evento histórico foi a transformação do que é Estado, após as revoluções dos Estados Unidos e a revolução Francesa. Quando Vestefália ruiu com as características estadísticas medievais levou-se tempo para romper com a ordem de poder. Os líderes não democraticamente eleitos (diga-se o monarca) após a revolta popular francesa que lhes deu a guilhotina, começaram a temer a ira popular, fazendo com que surgisse o questionamento das ações dos governantes, e se o mesmo não agisse conforme a vontade do povo o contrato hobbesiano não poderia resguardá-lo da ira dos seus governados (BUZAN, 2012).

Na contemporaneidade, a Segunda Guerra Mundial traz a distinção e separação da visão de segurança nas áreas do Estudo da Guerra e da História Militar. Unificando as indagações de como proteger o Estado das ameaças internas e externas, com vários programas de pesquisa, a segurança tornou-se a palavra de ordem (BUZAN *apud* WOLFERS, 2012 p.33).

Avançando as discussões a fim de serem alteradas para segurança; e não mais defesa ou guerra, ampliando ainda mais o nível do estudo. Segurança aqui sendo conforme as características de Buzan (2012 p.24 *apud* Wolfers) apresenta como sendo algo ambíguo. O mesmo apresenta a segurança como “a capacidade de subordinar todos os demais interesses aos da nação” (2012, p.24). Outra exposição sobre o que são os conceitos de segurança e defesa tem-se Vinicius Modolo Teixeira (2014) que expõe os dois conceitos como temas pertencentes a guerra, mas que tanto um quanto outro tem sua especificidade e seu próprio espaço geopolítico (TEIXEIRA, 2014).

Para definir a segurança e defesa, temos os apontamentos de Teixeira:

No que cabe a defesa:

“[...]poderíamos considerar a defesa como sendo pertinente a uma questão estatal: a defesa de um território. Uma forma de proteção contra ameaças que tentem romper a sua unidade ou agredir sua soberania de alguma forma, como intervenções estrangeiras, violações territoriais, bloqueios, etc, estando orientada de maneira geral para inimigos externos e a defesa da unidade do Estado”. (TEIXEIRA, 2014, p.24)

No que se refere ao conceito de segurança, o autor continua:

⁸ Forma primitiva do homem.

“Já a segurança poderia ser compreendida como algo similar à defesa, porém voltado para o interior desta unidade estatal, relativos aos problemas domésticos”. (TEIXEIRA, 2014, p.24).

Outro grande marco, porém numa linha histórica mais avançada, está associado ao fim da Guerra Fria e suas consequências nas Relações Internacionais contemporâneas. Tendo a segurança um caráter militar neste período, a dissuasão nuclear do período fora um fator relevante para a balança de poder internacional, que ocorria em um contexto de bipolarização. Contudo foi a partir dos anos 1970 que a pressão em se ampliar a área de segurança para além da política e das forças armadas vem à tona (BUZAN, 2012 p.25). Atualmente os estudos na área de segurança seguem duas linhas praticamente. Conforme Buzan (2012, p.30) as linhas distintas são a europeia e a norte-americana, ou sob a ótica teórica seguem os trilhos do Realismo, Pós-Estruturalismo, Feminismo entre outras.

1.2- O DILEMA DE SEGURANÇA E A CONSTRUÇÃO DA CAPACIDADE DE PROJEÇÃO DE FORÇAS

John Herz (1908-2005) é alemão, com o título de graduação e doutorado em direito. Estudou Relações Internacionais em Genebra, e quando Hitler ascende ao poder, Herz se exila nos Estados Unidos e atua como analista durante o período da Segunda Guerra Mundial. Herz é autor do dilema de segurança, que aparece pela primeira vez em 1950 em seu artigo *Idealism Internationalism and the Security Dilemma*, e para o autor o dilema é algo que sempre esteve presente na sociedade.

Seja na era pré-histórica ou na atualidade, por mais que houve em certos momentos a busca de um Estado *Hegemon*⁹ a sociedade internacional se manteve anárquica. Mas a falta de confiabilidade alimenta a desconfiança que os Estados tem uns dos outros. Ao descrever sobre o dilema de segurança, Herz o expõe como:

“Wherever such anarchic society has existed--and it has existed in most periods of known history on some level--there has arisen what may be called the "security dilemma" of men, or groups, or their leaders. Groups or individuals living in such a constellation must be, and usually are, concerned about their security from being attacked, subjected, dominated, or annihilated by other groups and individuals.

⁹ Por Estado Hegemon é aquele que busca a liderança frente aos demais (FARIA, 2013).

Striving to attain security from such attack, they are driven to acquire more and more power in order to escape the impact of the power of others. This, in turn, renders the others more insecure and compels them to prepare for the worst. Since none can ever feel entirely secure in such a world of competing units, power competition ensues, and the vicious circle of security and power accumulation is on” (HERZ, 1950, p.157)¹⁰.

O que Herz quer estar atento não é a condição biológica e nem antropológica do homem, ou de sua natureza. Ele enfatiza a questão social, ao dizer que a cooperação e a solidariedade também estão presentes em um conflito. Porém usar a cooperação e a solidariedade se dá com a função de aumentar a força de quem faz seu uso. Sua análise considera tanto a pessoa física, quanto a jurídica, que possui e controla certos dispositivos (HERZ, 1950 p.157-158). Em um pressuposto realista de que o homem é egoísta, o uso da força seria algo inevitável. Para ele a incerteza e a ansiedade sobre a ação dos outros homens é um fator relevante que gera o dilema (HERZ, 1950). Tal medo sobre o que o outro vai fazer engrena e alimenta o dilema de segurança.

O Estado-nação como participante de um sistema internacional com sociedades iguais, com o preceito da autodeterminação dos povos, livre e harmonioso, é algo que para Herz é dificilmente alcançável, e também se contrapõe com a própria história de nascimento do Estado. Denominando o fato de não haver harmonia no âmbito estatal; Herz chama de “realismo político ao extremo” os fatores que consideram a política de agressão, expansão e táticas imperialistas, como algo necessário a um chefe de Estado deve estar preparado para situações difíceis. A liberdade e cooperação vai, para Herz, de antemão frente a um mundo anárquico. E neste sistema escapar do dilema de segurança é algo de via impossível em um nível macro (HERZ 1950 *apud* BOOTH & WHEELER).

No modelo weberiano de estado, onde o monopólio legítimo da força é exercido pelo estadista, o dilema de segurança passa a ser não somente uma corrida pela capacidade do uso do poder, mas também uma ameaça relevante. Armar-se excessivamente já ocorreu ao longo da história e Tucídides já na era antes de Cristo afirmava que o medo do concorrente ficar mais poderoso era a causa da guerra. Aliando isso, Herz, coloca como fatores que interferem

¹⁰ Tradução livre do autor: Onde quer que tal sociedade anárquica existiu - e tem existido na maioria dos períodos da história conhecida em algum nível- lá surgiu o que pode ser chamado de "dilema de segurança" dos homens, ou grupos, ou os seus líderes. Grupos ou indivíduos que vivem em tal constelação deve ser, e geralmente são, preocupados com a sua segurança de ser atacado, submetido, dominada, ou aniquilado por outros grupos e indivíduos. Esforçando-se para alcançar a segurança de tal ataque, eles são levados para adquirir mais e mais poder, a fim de escapar do impacto do poder dos outros. Este, por sua vez, torna os outros mais inseguro e obriga-os a se preparar para o pior. Uma vez que nenhum jamais pode se sentir totalmente seguro em um mundo de unidades concorrentes, a concorrência de energia segue, e o círculo vicioso da segurança e acúmulo de poder está ligado.

as decisões, são eles: o medo e o desejo de sobrevivência, que fazem parte das características do homem.

Mas Herz não fora o único a trabalhar com o dilema. Outros autores como Herbert Butterfield e Robert Jervis também abordaram o mesmo assunto. Butterfield é um historiador britânico, obteve certa influência nos anos 60, mas depois caiu em desuso na academia, salvo algumas exceções. Considerou outra denominação ao que Herz chama de dilema de segurança, o ele chamou de “dilema irreduzível” onde Herz se baseia no medo e na ideia de matar ou morrer; Butterfield usa como preceito o que ele denomina de “medo hobbesiano” (BOOTH & WHEELER, 2008, p.27). Também usa o temor sobre as intenções do outro, e acredita que a desconfiança pode se dar independente da condição e das intenções. Atribui aspectos mais psicológicos que influenciam nas tomadas de decisões, como por exemplo, a sensação de segurança. O medo sobre o que o outro está pensando é um fator a ser ponderado.

Butterfield acreditava que os diplomatas não deveriam ter sensibilidade suficiente para detectar o dilema de segurança por não terem conhecimento histórico necessário para tal. Os historiadores, estes sim, teriam tal habilidade por ter conhecimento sobre os fatos históricos passados e conseguem analisar quais as reais intenções do negociador. Porém, fez ressalvas aos historiadores para não se deixarem influenciar por aspectos pessoais. Seu dilema irreduzível envolve a incapacidade de governos, grupos e indivíduos para perceber a natureza da situação, combina elementos estruturais da natureza humana (Butterfield o vê sob a ótica do “pecado do homem” e não analisa sob o nível da anarquia internacional), e anos depois volta atrás em sua opinião e considera os diplomatas como possíveis solucionadores do dilema.

Um exemplo de conflito ocasionado por desconfiança e insegurança foi a Primeira Guerra Mundial, onde as grandes potências europeias apenas foram ao conflito devido à insegurança frente às alianças que eram formadas pelos vizinhos, mesmo não necessariamente desejando a guerra. Os tratados firmados durante e após a Guerra Fria refletiram o medo de um armamento militar a nível internacional. E respaldam o que Herz expõe do nível de desconfiança e do medo, ligado a área humana de Butterfield. Pode-se citar os Tratados de Não Proliferação de Armas Nucleares¹¹ (TNP) como um exemplo de uma balança de poder entre as potências nucleares mundiais, e os demais Estados, para que não se tenha a nível

¹¹ Tratado assinado em 1968 por 189 países, onde os países Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, China e França detinham a posse de armamento nuclear e se comprometiam a não disponibiliza-los a outros países e nem a auxilia-los na produção de armas nucleares.

mundial uma corrida nuclear, evitando-se a possibilidade de um conflito futuro. Retendo aos chefes de governo uma maior sensação de segurança nivelando assim a desconfiança mundial.

Robert Jervis é um autor estadunidense, que em seus escritos aborda temáticas neorrealistas. Jervis expõe em uma entrevista ao Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) a importância da anarquia no sistema internacional, e alega que há uma preocupação estatal com a segurança. Para ele o dilema de segurança é uma das muitas explicações para os conflitos internacionais (REIS, 2011, p. 151). Jervis (2001) *apud* Ken Booth trabalha com a temática de que os acordos de cooperação entre os Estados são um tipo de autodestruição futura, pois tais acordos levariam a uma falsa sensação de segurança. Tal sensação encoraja os Estados a agirem fora de tratados acordados, provocando uma reação dos demais, surgindo uma espiral de desconfiança que leva a uma quebra desta cooperação. Não apenas saber, também é necessário entender o dilema. Jervis afirma que: “[...] os Estados que não compreendem o dilema acabam, se não em guerra, em um conflito maior do que é exigido pela situação” (JERVIS, 1978 p.17).

Considerando os fatores técnicos e geográficos, Jervis aborda como as decisões estatais refletem nessa espiral de desconfiança. Métodos e recursos que facilitam a expansão do Estado gerariam o medo e a desconfiança dos outros. Jervis crê que o dilema pode gerar uma corrida armamentista e a formação de alianças, como as alianças da Primeira Guerra Mundial e a corrida armamentista da Guerra Fria (JERVIS, 1978). Tal incerteza sobre o planejamento do outro, exposto também por Butterfield – onde a origem dessa desconfiança advém independentemente das ações para evita-la –, traz à tona o que Herz (2012, p.97) *apud* Booth & Wheeler (2008, p.4) denominou de “dilema de resposta”.

O dilema de resposta, expõe a dúvida de qual atitude tomar – a de repor ou aumentar o arsenal frente aos demais numa lógica de dissuasão –, quando nenhuma das partes está visando uma ação ofensiva. O que retoma na definição da sensibilidade ao dilema de segurança exposto por Herz (2012 p.97) *apud* Booth & Wheeler onde: “[...] a intenção de um agente e sua capacidade de perceber os motivos por trás da complexidade potencial das intenções militares dos outros, e de reagir a eles”. E para diminuir a insegurança no sistema internacional a proposta feita é aliar o risco à disposição da construção de confiança e cooperação (HERZ, 2012; SEBBEN, 2011). A segurança vista pela ótica militar e realista alia-se não somente ao uso da força em si; mas em demais fatores como a coesão interna, que podem impactar na capacidade do Estado de projetar força militar (HERZ, 2012).

1.3 - AS AMEAÇAS CONTEMPORÂNEAS AO BRASIL: AMEAÇAS EXTERNAS, MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS E A CONFIABILIDADE DOS PAÍSES VIZINHOS

O Brasil é um de país de vasta extensão, sendo o maior da América Latina, com 8.515.767.049 km² e com mais de 15 mil quilômetros de fronteiras continentais com dez países diferentes (BRASIL, 2014) e mais de 4,5 milhões de km² de Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Reforçando seu histórico de tradição pacífica, como consta nas políticas sobre a defesa nacional e em sua Constituição, o Brasil vem ao longo das últimas décadas conquistando um crescente aumento em termos de influência, sendo visto como um grande tomador de decisões no bloco latino e sul-americano. A América do Sul, de acordo com seus Presidentes reunidos no Equador em 2002, foi declarada como uma Zona de Paz e Cooperação, apesar de casos de disputas territoriais entre seus membros¹², e antigas rivalidades ainda terem algum resquício (BRASIL, 2014; SEBBEN, 2011; TEIXEIRA, 2014).

Uma das funções da teoria da guerra segundo Peter Paret (2001) é: “[...] estruturar, intelectualmente, a realidade passada e a presente para mostrar como uma coisa se relaciona com a outra e separar o que é e o que não é importante” (PARET, 2001, p.266). Um dos vieses que reforçam a necessidade de modernização das Forças Armadas é a preparação para um possível conflito. Como já conceitua, em 1830, um dos primeiros teóricos a expor o tema da guerra, para Clausewitz (1976, p.75), a guerra seria um ato que obriga o inimigo a realizar a vontade do oponente, e a modernização vem mais para a prevenção em caso de guerra do que o combate em si. Pois Clausewitz afirma que usar toda a capacidade de força não é uma atitude louvável de inteligência (CLAUSEWITZ, 1976, p.76).

Sendo a dissuasão a: “manutenção de forças militares suficientemente poderosas e pronta para o emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar” (BRASIL, 2012, p.36) a busca das Forças Armadas para poder usufruir deste instrumento ao máximo pode afetar a confiabilidade na vizinhança. E como define Herz (2012), com base em Booth & Wheller, a confiança é firmada sob condições de incerteza, e disto não há como escapar. Seja pelo medo oriundo do dilema de segurança, ou pelo medo hobbesiano de Butterfield, ou também pela natureza humana, a busca por uma cultura de confiança na

¹² Tem-se as disputas mais recentes entre Peru e Chile sobre uma zona marítima; e entre Bolívia e Chile onde a Bolívia reclama sua saída para o mar.

América Latina esbarra em certos paradoxos e em um passado conflituoso (TEIXEIRA, 2014). E conforme a tabela abaixo feita por Sebben (2011) o continente passou várias guerras:

Tabela 2 – Guerras entre os Estados Sul-Americanos desde a independência dos países

Guerras ¹³ entre Estados Sul-Americanos desde a independência dos países		
PERIODO	NOME	PARTICIPANTES
1825-28	Guerra da Cisplatina	Argentina <i>versus</i> Brasil
1836-39	Guerra da Confederação Peruano – Boliviana	Chile (Argentina) <i>versus</i> Bolívia, Peru
1841	Peru <i>versus</i> Bolívia	Peru <i>versus</i> Bolívia
1851-52	Guerra contra Oribe e Rosas	Brasil <i>versus</i> Argentina
1864-70	Guerra do Paraguai	Paraguai <i>versus</i> Brasil, Argentina, Uruguai
1863	Guerra Civil	Equador <i>versus</i> Colômbia
1879-84	Guerra do Pacifico	Chile <i>versus</i> Peru, Bolívia
1932-35	Guerra do Chaco	Bolívia <i>versus</i> Paraguai
1932	Conflito de Leticia	Peru <i>versus</i> Colômbia
1939-41	Guerra Peruano-Equatoriana	Peru <i>versus</i> Equador
1995	Guerra do Cenepa	Peru <i>versus</i> Equador

Fonte: Sebben, 2011, p.88 In: Maraes (2001, p.33)

Pode-se expor os problemas fronteiriços, os de segurança, disputas por prestígio e poder dos Estados, e o avanço das capacidades militares dos países latino-americanos como situações que podem impactar sobre a confiabilidade. Alguns vizinhos vem realizando manobras militares e alterações em suas políticas de defesa, como por exemplo a Argentina cujo exército propôs um plano para recuperar a capacidade do país até 2025, o Chile e a Colômbia que vem aumento expressamente o seu gasto militar em porcentagem do seu Produto Interno Bruto (HERZ, 2012). A possibilidade de alinhamento a alguma potência externa é um fator a ser considerado, pois já houve em 1901 a tentativa de aliança Bolívia – EUA – Inglaterra pela posse do Acre e também a aproximação da Argentina com os EUA a

¹³ Sebben considera um cenário de guerra onde há acima de 1000 mortes registradas.

fim de tornar-se membro da OTAN, o que torna tal fato – mesmo que indesejável – uma possibilidade.

O aumento da confiabilidade passa pela apreensão de se evitar que os processos internos reflexionem na estabilidade regional. O estabelecimento de uma visão sul-americana de defesa se faz necessário para a construção de uma estabilidade regional (PAGLIARI, 2010). A multiplicidade de organismos interamericanos voltados para a “solidariedade e cooperação” é um exemplo da necessidade de se fortalecer as questões de segurança. Pode-se citar a Junta Interamericana de Defesa – JID criada em 1942 que visava proteger o continente de ameaças externas, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca¹⁴ (TIAR) em 1947, que não auxiliou a Argentina durante a Guerra das Malvinas¹⁵; o Pacto de Bogotá em 1948, criado para que os países coibissem o uso da força e outros métodos de coerção (PAGLIARI, 2008). Todos eles com algum tipo de empecilho que impediram de cumprir efetivamente seus objetivos.

A necessidade de se alterar os eixos majoritariamente bilaterais para uma atuação sul-americana, na resolução desta lacuna de segurança, é o reflexo desta nova realidade. O Brasil busca pelo multilateralismo e dá a sua política externa maior atenção a região da América do Sul desde os anos 1990 para reequilibrar a balança de poder e afastar a sombra dos norte-americanos e a ideia de imperialismo. Celso Amorim¹⁶ (2005) *apud* Pagliari (2010, p.15) afirma que a Política Externa Brasileira vem a se pautar em interesses que sejam a longo prazo e não em objetivos imediatos. Entre eles está a criação de estruturas comuns a fim de superar as diferenças regionais sul-americanas, equilibrando as capacidades operacionais entre os países (PAGLIARI; 2008, 2010).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Assim como as ciências sociais passaram por um questionamento sobre sua epistemologia; a segurança também sofreu com um reconhecimento tardio de suas atribuições. A tentativa de se racionalizar e torna-la material de estudo vem desde a época westfaliana. Assim como as Relações Internacionais são um ramo recente, sendo impactadas por essa discussão da epistemologia das ciências sociais, os Estudos de Segurança

¹⁴ Tratado que assegurava a defesa recíproca entre os países sul-americanos, baseado na defesa hemisférica, o ataque a um será considerado ataque a todos.

¹⁵ Guerra travada entre Argentina e Reino Unido sobre a posse da área das Malvinas, um conjunto de ilhas no hemisfério sul.

¹⁶ Celso Amorim exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores no período de 2003-2010

Internacional – (ESI) vem junto com essa ciência em 1990 a se transformar (BUZAN, 2012 p.67).

O primeiro embate se deu sob as concepções objetivas, subjetivas e as diretrizes de segurança. Buzan usa a conceitualização de Wolfers (1952) para expor a diferenciação entre o subjetivo e o objetivo: “a segurança, em um sentido objetivo, mede a ausência de ameaças a valores adquiridos; em um sentido subjetivo, a ausência do medo de que tais valores sejam atacados” (BUZAN, 2012, p.67). É essa análise subjetiva, que segundo Wolfers, guia os líderes de Estado e enquadram desde a psicologia do medo até os fatos históricos. Não somente o dilema de segurança atua como uma possível explicação, como também demonstra a sua validade, sendo elas nas apostas certas ou nos cálculos dos Estados.

Indo de encontro ao que Buzan (2012, p. 67 *apud* Keneth Walt, 1987) aborda como o avanço de um equilíbrio de poder, para um equilíbrio de ameaças, e na contemporaneidade dos ESI as “ameaças” são um problema evidente nas agendas políticas. As ações de segurança, para obter maior aceite e sucesso, devem incorporar seu público relevante, conforme Buzan (2012, p.69), fato que se tenta colocar em prática pelas Forças Armadas desde a END com as diretrizes para uma maior aproximação da sociedade civil.

Este é um fato que o trabalho contempla, através do que Buzan (2012, p.36-40) definiu como as quatro questões estruturantes das ESI. Que são: 1 – O Estado como referência. 2- A relevância das ameaças internas e externas. 3 – Expansão da segurança para além do militar e uso da força. 4 – A segurança ligada a dinâmica de ameaças, perigos e urgência. Todos esses delimitantes serão abordados ao longo da análise, com vistas ao Conselho de Defesa Sul-Americano como uma forma de amenizar o já exposto dilema de segurança. Tanto para afastar o antigo conceito de segurança onde Herz *apud* Buzan vincula a: “ataques, sujeição, dominação e - quando levada ao extremo – aniquilação” (2012, p.39).

E dentre as inúmeras teorias de relações internacionais que podem ser aplicadas, indo desde o realismo clássico até o construtivismo crítico, a que mais se adequam ao presente estudo são os estudos Realistas e Neorrealistas por incorporar a teorização de inúmeros fatores relacionados ao Estado e seu poderio militar, passando também pela vertente dos Estudos Críticos de Segurança (Buzan, 2012) trazendo a contemporaneidade do indivíduo como um fator de extrema relevância na polaridade do Sistema Internacional.

CAPITULO 2.

A MODERNIZAÇÃO MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS E AS CAPACIDADES DE DEFESA

Este capítulo tem o objetivo de esclarecer como se encontra o cenário das Forças Armadas e qual é a estratégia brasileira nas áreas de segurança e defesa. Assim como expor o porquê se faz necessário as capacidades bélicas e dissuasórias em um Sistema Internacional anárquico e orientado pela busca de poder. Demonstrar a relevância das políticas de defesa para uma integração via segurança e defesa na América do Sul e o que está sendo feito para uma maior aproximação da sociedade civil com a temática da Defesa.

Conforme disposto no início do capítulo anterior e em conformidade com inúmeros autores, reforçado por Neto (2013), o nascimento do Estado não tem uma data definida. Mas ao nascer vem junto “as corporações armadas: policias e exércitos” (NETO, 2013, p.43). O atual Ministro da Defesa brasileiro, Celso Amorim, definiu a função das três forças armadas que segundo o mesmo “é – e continuará a ser – a defesa da nação contra as ameaças externas” (2013, p.28). Porém o Brasil conta com um histórico pacífico no continente sul-americano (BRASIL, 2008; 2012), onde por mais que haja alguns atritos interestatais, ocorre uma reaproximação talvez não tão lenta, porém gradual pelo que Alexandre Fuccille (2014) denomina de “primavera sul-americana” (p.113).

Tal fato se deve aos acontecimentos no novo milênio, como por exemplo a crise econômica da década de 90 oriunda das políticas do Consenso de Washington, aliado a: “[...] um quadro político extremamente complexo e sensível[...]” (FUCCILLE, 2014, p. 113) que teria contribuído para que na região houvesse a promoção de governos de esquerda e centro-esquerda¹⁷ nesta primeira década. Há alguns anos a América Latina e especialmente a América do Sul vem reformando e reestruturando as relações internas. A área de defesa desperta estudos no hemisfério, e os países vão de encontro a uma reorientação no quesito da segurança regional e da defesa (CELI, 2014, p.388). Amorim (2013) *apud* John Adams expõe que há cerca de 250 anos atrás se explicava o porquê da necessidade disto “Devo estudar hoje política e guerra de forma que meus filhos tenham a liberdade de estudar matemática e

¹⁷ Pode-se citar os governos de Nestor Kirchner -2003; Evo Morales -2006; Luis Inácio Lula da Silva – 2003; Rafael Correa - 2007; Fernando Lugo – 2008; Tabaré Vazquez – 2005. (FUCCILLE, 2014, p.113)

filosofia” (AMORIM, 2013, p.24). E Clausewitz expõe o quão intrínseco a guerra e a política são.

A guerra para Clausewitz é a continuação política por outros meios, mas Mei (2014) enfatiza que cada era tem a sua particularidade (MEI, 2014, p. 243). O que o clássico A Arte da Guerra, de Sun Tzu, considerado um manual clássico por inúmeros autores; traz a defesa à tona como um instrumento de invencibilidade e o ataque como possibilitador de vitória (TZU, p.39). Mas a cada era tem-se novos contextos, e especificidades divergentes. Amorim (2013 p.24) insere na atualidade brasileira o grande desafio que é lançar-se ao mundo, colocando tal responsabilidade diante da sociedade, onde a mesma vontade alia-se a nova projeção latino-americana e sul-americana no mundo (CELI,2014). Dentre os fatores iniciais nessa construção de capacidade Amorim cita que: “[...] envolve primariamente defesa e política externa, mas também depende de elementos internos” (AMORIM, 2013, p.24). Podemos expor alguns desses elementos como a maior integração entre as forças, aproximação através de inúmeros instrumentos da sociedade civil como o LBDN e a END, que tem como raiz central de sua elaboração o povo (AMARAL, 2014). Um maior vínculo entre o Estado e a academia, e a superação da influência de certas hegemonias sob o Atlântico Sul.

Tal abrangência ampla do Estado é defendida por diversos autores (AMORIM, 2013; CELI, 2014; MEI, 2014; JOBIM, 2014) expondo que embora seja o Estado o formulador de políticas públicas o mesmo não pode ser o único que a põe em prática (AMORIM, 2013, p.24). A construção dos estudos estratégicos também deve envolver, conforme Mei (2014, p.245); Amorim (2013) e Forti (2014), a participação intensiva dos civis como o início da criação de um pensamento comum de defesa sul-americano a fim de afastar o fantasma do dilema de segurança.

Amorim considera ainda que:

“A “grande estratégia” do Brasil democrático deve fundar-se em duas linhas de defesa de seus interesses nacionais. A primeira é demandada pelo seu instrumento diplomático. A segunda é definida pelo seu instrumento militar”. (AMORIM, 2013 p.35).

O atual Ministro da Defesa integra o ambiente interno, o externo, a defesa e a política externa como eixos pilares nessa nova formulação. Advindo de uma política baseada na prevenção e não na intenção de guerras (BRASIL, 2005; BRASIL, 2008; BRASIL, 2013) unindo os instrumentos de *hard-power* e *soft-power*, conforme também defende Roberto

Amaral: “Não há dissuasão apenas com o *soft-power*, pois ela se faz também com o *hard-power*” (AMARAL, 2014, p.449). O *smart-power* (mescla de hard e soft-power) são agregantes a essa nova capacidade estratégica. Pois a diplomacia em conjunto com a estratégia são as “gramáticas específicas da política externa” (SAINT-PIERRE *apud* ARON, 2013, p.81) e Silva (2014) expõe que a “diplomacia de defesa” composta pelos conjuntos de práticas específicas é um importante instrumento para a manutenção da paz no eixo sul-americano (p.380).

2.1 - DA ATUAÇÃO, NECESSIDADE DAS FORÇAS E ATUALIZAÇÃO DE SEU ARSENAL, CAPACIDADES CONVENCIONAIS E A DISSUASÃO

Na atual conjuntura internacional, o sistema anárquico foge da utopia de paz perpetua¹⁸ pregada por Immanuel Kant. Tendo a guerra como a continuação da política por outros meios (CLAUSEWITZ, 1976) se preparar para ela é intrínseco a sobrevivência estatal. Amorim (2013) já discorre sobre a função primordial das forças armadas que é a defesa da nação contra ameaças externas. Sendo o: “[...]nascimento do Estado simultâneo a evolução de corporações armadas[...].” (NETO, 2014, p.43), estudar as Forças pode auxiliar a compreender os complexos processos estatais e o porquê de sua atuação. Mauro Cesar Rodrigues Pereira (2013) aborda os desafios do pensamento estratégico com uma pergunta inicial: Precisamos nos defender? (2013,p.89).

Pergunta essa que o mesmo responde com base na anarquia do sistema e na busca de interesses próprios. Aceitar a necessidade da defesa é um dos primeiros passos a se enfrentar. Esta necessidade vem desde o período colonial, onde os colonizadores viam a defesa como forma de conservação do *status quo* da época. E depois aos idealizadores da independência brasileira que viam a integridade nacional além do aspecto territorial. Levando anos depois as fronteiras atuais graças ao brilhante papel do diplomata Barrão do Rio Branco, que usufruindo da diplomacia (porém com retaguarda militar) definiu os limites brasileiros vigentes até os dias de hoje. E as variáveis no Sistema Internacional, podem contribuir para o que ele chama de conflitividade sistêmica (PEREIRA, 2013). Havendo assim uma necessidade em se promover a defesa. Conforme afirma Jobim sobre algumas condicionantes que corroborem para tal:

¹⁸ Ideia do filósofo Immanuel Kant onde o mesmo discorria sobre uma paz entre os povos europeus que transbordaria pelo mundo inteiro.

- (1) “A perspectiva de degradação ambiental generalizada.
- (2) A escassez de água potável em escala global.
- (3) A preservação do meio ambiente como elemento do discurso securitário nos países desenvolvidos.
- (4) A redução das reservas de petróleo, embora tenhamos hoje o óleo de xisto, de custo inferior ao nosso Pré-sal.
- (5) O aumento do nível dos oceanos.
- (6) O aumento da viabilidade comercial da exploração de recursos naturais localizados nos fundos marinhos”. (JOBIM, 2014, p.435)

Pietrobon-Costa (2014) também expõe com clareza alguns itens sobre a necessidade atual das Forças Armadas:

“Nas próximas décadas, o Brasil estará frente a frente com a necessidade de dispor de recursos militares para: (a) a defesa da integridade territorial (guarda de fronteiras, interdição de acesso a oponentes, manobra e ações de combate); (b) a segurança de fontes de recursos naturais: renováveis e não renováveis, garantia de acesso e de segurança de vias de transporte destes recursos e de sua produção econômica, a guarda e a defesa de parques e unidades de conservação de biosistemas naturais; (c) a defesa de centros nacionais de produção e da disponibilização de insumos e recursos para que esta produção se conclua com sucesso; (d) a garantia da lei e da ordem, participação ou liderança de missões de paz internacionais, e suporte militar a autoridade civil; bem como (e) o combate intensivo e tecnológico, segurança contra ações de atos militarizados não estatais, Organizações Transnacionais contra os interesses nacionais e combate a grupos armados não estatais, sejam de origem empresarial, sejam de grupos armados terroristas, clandestinos ou guerrilheiros que usem o território nacional como base de apoio”. (PIETROBON-COSTA, 2014, p.43).

Em complementação Amorim também cita a “Amazônia Verde¹⁹, a Amazônia Azul²⁰, as reservas do Pré-sal, os centros de energia, a imensa capacidade de produção de alimentos, as reservas de água doce, entre outros” (AMORIM, 2013, p.30); como fatores que proporcionam ao país uma riqueza sem igual. Todo esse patrimônio faz com que diversos autores convergem sobre a necessidade da modernização das Forças Armadas (AMORIM, 2013; CELI, 2014; FORTI, 2014; FUCILLE, 2014; PIETROBON-COSTA, 2014; VIEGAS, 2014). Contribuindo MEI com o seguinte:

“As Forças Armadas devem estar permanentemente estruturadas, equipadas e treinadas para serem eficazes como força dissuasiva ou, no limite, na eventualidade de uma guerra”. (MEI, 2014, p.248).

¹⁹ Faixa territorial da Amazônia, que comporta nove Estados brasileiros.

²⁰ Parte marítima que se estende por mais de quatro milhões de km², detentor de enorme potencial e inúmeras riquezas, fora denominado pela Marinha Brasileira de Amazônia Azul.

Mei (2014) dispõe sobre a necessidade de equipar as forças com poder de fogo a fim de possuir a dissuasão necessária para afastar potências estrangeiras. Oliveira, Cepik & Brittes (2013), defendem que o país precisa desenvolver capacidades específicas de defesa para enfrentar uma grande potência extra-regional, inclusive em cenários de guerras em duas frentes. Pietrobon-Costa (2014) resume bem as inúmeras áreas a serem defendidas, e Amorim (2013, p.36) afirma a necessidade de assegurar os interesses nacionais em meio a crises. Embora Viegas (2014) também reforce a pacificidade do Brasil, assim como Carmona (2014, p.344-351) expõe a intensão de paz, porém com ameaças externas ao continente, não se pode deixar que o arsenal caia em desatualização e/ou desuso; pois segundo dados de Maria Luisa C. M. Leal o Brasil fechou em 2011 com um déficit de aproximadamente 60 bilhões de dólares em conteúdo tecnológico (2013, p.136).

Muita coisa mudou após a Paz de Westfalia, o que era em sua maioria disputas territoriais, o equilíbrio europeu, e as metrópoles europeias como hegemônicas; alterou-se ao longo dos anos. No atual século as disputas estão sobre áreas mais diversas, os recursos são variáveis, a economia internacionalizada, os gastos maiores com despesas militares, e o território deixou de ser o fator primordial de disputas tendo outros fatores como recursos naturais sendo alvo de conflitos. A guerra contemporânea é totalmente diferente das guerras travadas nas décadas e séculos anteriores. Ataques cibernéticos e assassinatos de líderes, como também as guerras econômica e fiscal entraram no rol de novidades do século (AMORIM, 2013; MEI, 2014).

A problemática de amenizar o dilema de segurança frente a modernização militar brasileira se faz necessária. A fim de que se continue com as políticas de defesa, o desenvolvimento de uma confiança mútua entre os membros da Unasul é uma ferramenta eficaz. Tal confiança permitiria questionar agendas exógenas de outras potências na região, como também a cooperação em defesa e segurança aumentaria o reconhecimento das necessidades mútuas regionais. Para a temática da dissuasão em um nível estratégico regional de “cooperação para dentro” há o que Forti (2014, p.409) chama de “dissuasão para fora” onde o mesmo expõe que:

“A categoria de dissuasão “para fora” por sua vez, implica no fato de que nossas capacidades regionais em matéria militar e de defesa devem concentrar-se e fundirem-se em uma só quando se trata de proteger o interesse regional que representam os recursos naturais sul-americanos, frente ao eventual agir de terceiros Estados”. (FORTI, 2014, p.409).

Esse complemento de “para fora” demonstra que tal capacidade é voltada a fatores extra regionais, onde a possibilidade de um ataque a um país membro da Unasul, torne-se a possibilidade de um ataque a todos. Não agindo assim de forma isolada, pois os países sul-americanos além de terem interesses em comum, tem recursos em comum e: “as ameaças que podem nos atingir são comuns aos nossos vizinhos” (AMARAL, 2014, p.449). A História já demonstrou que os países hegemônicos não pouparão esforços para atender seus interesses econômicos. Como por exemplo sua presença sobre o continente africano, tentando enfraquecer qualquer tentativa que tente alterar o cenário da dependência externa (DIALLO, NUNES & GARCIA, 2011). Essa união sul-americana não se dá apenas no âmbito dos recursos naturais, porém não se deve ignorar sua importância. Por ser motivo de cobiça internacional, os recursos energéticos e naturais podem gerar cenários de conflitos devidos aos demais países que não o possuem em tanta abundância. Jobim (2014, p.436) expõe que a ação de algumas potências recentes (inclusive do continente europeu) visam envolver o Atlântico Sul na sua diplomacia e na defesa.

Forti (2014) e Jobim (2014) expõe em dados mais atuais a enorme riqueza sul-americana; que detém 29,8% das águas doces do planeta; maior índice de biodiversidade do mundo, com cerca de 40%; 24% de todas as florestas mundiais; e em quesitos de minerais estratégicos e críticos temos: lítio (86,1%), cobre (42,36%), molibdênio (24,32%), nióbio (95,93%), antimônio (15%), e outras fontes de combustíveis não convencionais. Sem deixar de citar as reservas comprovadas de mais de 123 bilhões de barris de petróleo (FORTI, 2014, p.399-405; JOBIM, 2014, p.437).

A dissuasão tem de ser promovida como um instrumento de se esquecer o passado colonial e afastar a visão de provedor de recursos as nações centrais. E não se promove uma atitude dissuasória sem um arsenal bélico atualizado frente as novas ameaças, tendo o mínimo de resposta em caso de combate. Por isso ter uma indústria de defesa regional é fator primordial para a consolidação da segurança e defesa (VIEGAS, 2014, p.428), no que Forti chama de “interesse regional”²¹ (2014, p.399). “Dissuasão é o ponto de partida e resistência da Estratégia Nacional de Defesa” (AMARAL, 2014, p.448); e que aponta outras necessidades das forças como maior integração industrial.

O que traz à tona as considerações de Nelson A. Jobim (ex-ministro da Justiça, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal e ex-ministro da Defesa) que expõe as considerações de que o dilema existente para a área da defesa é o de “projetar no futuro, uma força” (2014,

²¹ Segundo definição de Forti: “[...] o conjunto de fatores comuns, compatíveis e/ou complementares do interesse nacional de cada um dos países-membros da Unasul. (2014,p.399)

p.432). Tal força atuando como uma projeção dissuasória frente a incerteza internacional, corroborando para a “dissuasão para fora”. O que traz as reflexões de Herz (1950), Jervis (1978) e Herz (2012) junto aos aspectos do dilema de segurança tendo o medo dado pela incerteza (HERZ, 1950), que pode gerar a espiral de desconfiança (JERVIS, 1978) o que acaba proporcionando o dilema de resposta (que frente a dissuasão gera situações onde nenhuma das partes quer usar de uma ação ofensiva, mas ambas necessitam de respostas logicas), pois a necessidade de transformar as forças para melhor defender o estado brasileiro é crescente, podendo efetuar um *spill-over effect*²² que possa depois alavancar a defesa do continente, como exemplo as prospecções do Mercosul que acabaram por influenciar a criação da Unasul (UNASUR, 2008; CARMONA, 2014).

2.2 – A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA (PND); A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA (END) E O LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL (LBDN): ASPECTOS E PLANEJAMENTOS

A origem da PND vem antes mesmo da criação do Ministério da Defesa (MD) em 1999. A PND surge em 1996 e é renovada em 2005 agregando novos conceitos internacionais. Com a intenção de ser o condicionante de mais alto nível do MD, seu foco se passa majoritariamente voltado para as ameaças externas (CARMONA, 2014, p.348). Por seu eixo pouco profundo, recebe certas críticas como “[...] a de não ser uma política de defesa, mas sim uma atitude ou crença do estado e da sociedade a que representa sobre como conduzir a defesa e o seu preparo (PEREIRA, 2013, p.96)”; e na ausência em se apontar quais são as ameaças na época e a forma de combate as mesmas (PEREIRA, 2010).

Porém a mesma já aborda em 2005 - após sua reformulação graças a contribuição de ciclos de debates desenvolvidos pelo MD - a redução de conflitos, a modernização das Forças (principalmente nos setores nuclear, cibernético e espacial), a necessidade de conscientizar a sociedade brasileira, a integração das indústrias de defesa sul-americana e demais pontos. Precursora dos “ideais de desenvolvimento integrado e harmônico da área da defesa” (SILVA, 2014, p.383) a PND inicia tal movimento com base na transformação da América do Sul em

²² Efeito onde a cooperação seria abundante e acabaria se expandindo em outros meios.

um uma zona de paz e cooperação e eleva a busca de uma área estratégica comum (CARMONA, 2014, p.347).

Com a criação da END em 2008 há a legitimação da reestruturação das Forças Armadas e a reorganização das indústrias de defesa, incluindo o serviço militar obrigatório como vínculo das forças com a nação e o estabelecimento de regimes especiais para compras e contratações vinculadas a defesa. Disto surgiu a Lei 12.598, que dentre uma de suas funções estabelece a Empresa Estratégica de Defesa (EED) (BRASIL, 2008; CELESTINO, 2013, p.126-127). E para Amorim a END deve possuir “capacidade dissuasória crível” (2013, p.30-31) onde qualquer possibilidade de intervenção e/ou agressão torne-se altamente custosa. Para Amorim isso é a “pedra de toque da Estratégia”.

Mas Amaral (2014) critica a END afirmando que a mesma não obteve efetividade e nem correspondência em nenhum de seus eixos. Sua afirmação de que a END e o LBDN não contaram com a participação da sociedade não condiz com a realidade enfrentada. Segundo Pereira (2013) houve sinais de mudança a partir da END, pois mesmo que a PND e a END foram de iniciativa do legislativo, houve a participação de vários outros setores em sua elaboração.

Em 2012 a elaboração do LBDN findou o terceiro nível das Políticas de Defesa, que vem em consonância com as demais, sendo promulgada a atualização das três pelo Executivo a cada 4 anos. Sendo mais uma forma de consolidar o diálogo militar-academia e sociedade, trazendo assim como a END perspectivas a médio-longo prazo. Tem em seu conteúdo questões sobre as forças, atuais e futuras, sobre suas capacidades e funções, assim como seus planejamentos. Continuando o eixo disposto na PND e reforçada na END (nuclear, cibernético e espacial) o mesmo fora elaborado conjuntamente com a sociedade através de vários seminários, invalidando a visão de Neto (2013, p.50) que o LBDN fora obra de poucos²³.

Compartilhando também de uma visão singular sobre os eixos do LBDN, Samuel de Jesus (2013) crê que esteja ocorrendo uma “militarização” da diplomacia brasileira ao juntar os esforços entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa (BRASIL, 2012, p.51; JESUS, 2013). Para o autor desse trabalho, a ótica de Jesus (2013) de que a

²³ Segundo a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra os seminários foram realizados em cada região do Brasil, sendo eles: 1º Seminário: A sinergia entre a defesa e a sociedade – Março 2011 – Campo Grande – MS, 2º Seminário: O ambiente estratégico para o século XXI – Abril 2011 – Porto Alegre – RS, 3º Seminário: O ambiente estratégico para o século XXI – Junho 2011 – Manaus – AM, 4º Seminário: A Defesa e o Instrumento Militar – Junho 2011 – Recife – PE, 5º Seminário: Transformação da Defesa – Julho 2011 – Rio de Janeiro – RJ, 6º Seminário: Transformação da Defesa e Financiamento da Defesa – Agosto 2011 – São Paulo – SP, 7º Seminário: Encerramento dos trabalhos e lançamento do Livro Branco de Defesa Nacional – Novembro 2012 – Brasília (ADESG, s/d)

modernização seria um processo de avanço do “*ethos* militar sob o *ethos* civil” e que estaria ocorrendo uma militarização do país, não procede. A maior aproximação civil (por meio de debates, seminários, eixos de pesquisa na academia, etc...) e a proposta de promulgação de um pensamento sul-americano em defesa são evidências de que tal fato não ocorre.

Jesus (2013) questiona-se os assuntos diplomáticos devem mesclar-se com os assuntos de defesa; como também se questiona se o LBDN será capaz de gerar confiança mútua. Ressalva-se que apenas o LBDN não é instrumento suficiente, o mesmo é o avanço de duas políticas anteriores e ainda conta com outros instrumentos como a Unasul para alavancar seus anseios. A junção da defesa com a área diplomática é um reforço no âmbito da realização de um *smart-power* como uma das alternativas para afastar o dilema de segurança dos países sul-americanos. Tais políticas de defesa são necessárias para o aumento da confiabilidade na região, sendo o Brasil o último país a divulgar via Livro Branco de Defesa seus projetos e prospecções na área (TEIXEIRA, 2014).

2.2.1 – A INTEGRAÇÃO VIA SEGURANÇA E DEFESA E O ESCUDO CIBERNÉTICO: POR UMA IDENTIDADE SUL-AMERICANA EM DEFESA

O ideal de uma integração no continente latino-americano advém desde as eras pós-coloniais, como por exemplo a Carta de Jamaica escrita em 1815 por Simon Bolívar que continha ideias que buscavam integrar o continente desde o século XIX. Com o passar dos séculos, e por fatores como um passado conflituoso (TEIXEIRA, 2014, p.33), a integração plena ainda não fora possível. O Brasil na contemporaneidade de sua política externa busca uma integração com maior ênfase em seu eixo sul-americano, mas sem esquecer da latino-americana, devido a maiores similaridades regionais. O desenvolvimento de uma solidariedade sul-americana (enfatizando os âmbitos econômico e militar) são medidas que asseguram a segurança nacional (VIEGAS, 2014).

Tal interesse regional está disposto no que o CDS define como: “identidade sul-americana em defesa”. Sob a égide do Centro de Estudos Estratégicos – CEED essa identidade tem como objetivos principais:

“Promover a construção de uma visão compartilhada que possibilite uma abordagem comum, em matéria de defesa e segurança regional, dos desafios, fatores de risco e ameaças, das oportunidades e cenários. Contribuir para a identificação de enfoques

conceituais e diretrizes básicas comuns que permitam a articulação de políticas em matéria de defesa e segurança regional”. (FORTI, 2014, p.399-400).

O desenvolvimento dessa identidade visa afastar o fantasma da época ditatorial, e passar a ver o projeto de defesa regional como um produto da integração sul-americana (AMARAL, 2014). Por isso os processos de construção de confiança tem que ser desenvolvido através da defesa, pois uma fomenta outra (AMARAL, 2014; HERZ, 2012; TEIXEIRA, 2014). Fomentando a cooperação “para dentro” (FORTI, 2014) os membros do CDS irão promover o apaziguamento de antigas rivalidades e trabalhar por planejamentos comuns na área de defesa e segurança²⁴. E para que o desenvolvimento da defesa em comum ocorra, Amaral (2014 *apud* END) apresenta como necessário o êxito Forças Armadas – Sociedade Civil – Integração da América do Sul.

Pois uma maior aproximação e interesse civil é o que dará crivo as ações dos Ministérios da Defesa dos países membros da Unasul. Atualmente, evidencia-se na complexidade das relações internacionais o potencial de se ocorrer o dilema de segurança, como também o medo hobbesiano e o dilema de resposta. O eixo sul-americano detém de vários recursos que são cobiçados internacionalmente e:

“Muitos desses recursos são objetos privilegiados da demanda internacional, dos quais alguns países da América do Sul tem reservas de grande magnitude, o que os obriga a assumir a defesa como um sistema completo e integrado para além de qualquer conflito militar”. (CELI, 2014, p.395).

Porém, a defesa esbarra em assuntos internos como o incremento de potencialização das indústrias de defesa locais. Problemas como “déficit de infraestrutura, de logística, e de qualidade da educação, em razão de decisões equivocadas e de falta de recursos” (LEAL, 2013, p.132); demonstram a imensidade do desafio interno a ser vencido. O domínio e o desenvolvimento tecnológico produz condições para maior efetividade dissuasória e fornece a capacidade de defesa necessária para que se possa defender o continente (AMARAL, 2014; BRASIL, 2008; VIEGAS, 2014). Uma indústria bélica que seja capaz de atender as necessidades do entorno estratégico e consolide a segurança, são as projeções que a END e o LBDN fazem ou preveem.

²⁴ O que está ocorrendo aos poucos, como podemos exemplificar na criação de Livros Brancos de Defesa entre os países, Registros públicos dos gastos em defesa e a estruturação da Escola Sul-Americana de Defesa, entre outras medidas que aos poucos expandem a confiabilidade.

No caso brasileiro, após um longo período onde houve a ausência de incentivo na área, em 2003 começou a ser articulado a Política Industrial, Tecnológica e de Comercio Exterior (PITCE) voltado para empresas com projetos visionários. Teve-se a criação da Lei do Bem e a Lei de Inovação como grandes passos na reversão de uma indústria defasada. Já em 2008 a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), trouxe incentivos a programas vinculados em áreas estratégicas. E em 2012 o Plano Brasil Maior aliado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em conjunto com a END, com o LBDN e com as projeções do Plano de Articulação da Defesa (PAED), fortaleceram a política industrial no país, diminuindo os custos, reduzindo as fragilidades e aumentando a eficiência bélica e militar, combatendo a perda da densidade tecnológica percebida após 2011 (BRASIL, 2012; LEAL, 2013).

Além disso a Unasul através do CDS, do CEED e de outros mecanismos visa desenvolver a integração baseada na cooperação da indústria e tecnologia de defesa. Como também corrobora Teixeira: “Nessa perspectiva nos apoiamos em Hector Luis Saint-Pierre (2009) que entende que a cooperação em defesa na America do Sul deve ser tratada como a base capaz de sustentar a integração do subcontinente e não como o teto após essa” (TEIXEIRA, 2014, p.35). Contando com um plano de treinamento de todas as forças aéreas dos países membros em conjunto e a fomentação de um pensamento estratégico regional (CELI, 2014, p.394), o órgão busca articular iniciativas concretas para alavancar o pensamento comum em defesa.

Mas tem-se que ter a ótica de que a integração do continente não é vista com “bons olhos” por certas potencias hegemônicas e que estas podem tentar frear tais processos. Podemos citar como exemplo o caso da Líbia como fomentadora de uma maior união entre os países africanos, e o que as potências ocidentais em conjunto com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)²⁵ realizaram através da versão de “defesa da democracia” desestabilizando o país e interferindo gravemente na continuidade de uma integração africana (DIALLO, NUNES & GARCIA, 2011). Por isso Amorim (2013, p.36) enfatiza o valor da defesa em conjunto com a política externa sob a ótica integracionista para a construção de um “cinturão de segurança” sob o Brasil, para assim estabilizar o continente sul-americano evitando cisões e conflitos, e Carmona (2014) chama de “anel de paz e estabilidade em seu entorno estratégico” (p.345). E Oscar Medeiro Filho (2014, p.28-29) divide os movimentos de integração e fragmentação em dois arcos, o da estabilidade e o da instabilidade conforme demonstra a figura a seguir:

²⁵ Aliança Militar onde a agressão a um dos seus membros implica em um resposta dos demais.

Ilustração 1 – Arcos da estabilidade e da instabilidade na América do Sul



Fonte: Medeiros Filho (2009)

Carmona (2014, p.344) igualmente expõe a preocupação quanto a forças estrangeiras contrárias a autonomia no eixo sul. Em consonância com a PND, END e o LBDN, o autor exclui toda e qualquer intenção de imperialismo do Brasil, colocando sob o papel de “dissuadir a influência de outros” que podem criar tal ótica para emperrar no processo, o que já ocorreu no passado onde potências externas tentaram promover movimentos desestabilizadores na América do Sul, como os EUA ao fornecer aviões ao Chile com o intuito de alterar o balanço de poder na região (TEIXEIRA, 2014).

Os Estados Unidos poderiam projetar poder e influência para minimizar as tentativas integracionistas. Porém, as relações com este país acabou por transformar-se, seja pelo fracasso da Área de Livre Comercio das Américas (ALCA), pela guerra antidrogas, imigração ilegal, combate ao terrorismo, ou pelo fim da Doutrina Monroe²⁶ dita em um pronunciamento

²⁶ Doutrina estadunidense que pregava a “America para os Americanos” em um contexto de libertação das ex-colônias, evitando a interferência nos assuntos internos dos países. Puxando para si a defesa do continente americano.

do atual secretário norte-americano John Kerry na Organização dos Estados Americanos. Uma nova configuração surge em um contexto contra o Sistema Interamericano que nunca buscou o interesse dos países membros mas sim uma cooperação política e assistencial aos Estados Unidos (CARMONA, 2014, p.349-350; CELI, 2014, p.389). Tais situações suscitam e embasam a tentativa da Unasul em promover uma perspectiva estratégica com identidade própria (CELI, 2014).

A END já dispõe de mecanismos que visam manter em uma distância segura, países alheios aos anseios sul-americanos. Tem-se a presença norte-americana na Colômbia, Peru, Bolívia e México usando a guerra antidrogas como pretexto de inserção, a presença dos franceses na Guiana. Outro fator preocupante é a reativação da IV Frota Naval dos EUA, realizada em 2008, em uma época de descoberta das reservas do Pré-sal que se confirmadas farão aumentar consideravelmente em vários âmbitos o poder geopolítico na América do Sul. E a recente aproximação do Paraguai junto aos EUA, causado pela quebra democrática de seu governo e pela sua suspensão do Mercosul (CARMONA, 2014; REZENDE, 2014; SILVA, 2014), aliado a possibilidade de uma base militar estadunidense em Mariscal Estigarribia, região fronteiriça a Bolívia (ESTADAO, 2012). O que poderia conturbar a região. A história já ensinou aos teóricos a periculosidade da possibilidade de uma união de um país do continente junto a uma outra potência extra regional para garantir anseios nem sempre bilaterais, como fora o caso do *Bolivian Syndicate*, uma coligação inglesa-estadunidense a fim de colonizar o que hoje é o atual estado do Acre.

O apoio da Confederação Nacional de Industrias, pelo pedido de um acordo de livre comércio com os EUA com a desculpa de que o país não pode fincar-se apenas ao Mercosul no âmbito comercial (CARMONA *apud* PEDROSO, 2014, p.371) e um fator importante que demonstra certa vertente pro-EUA. Não se deve à medida que a economia do país cresce, crescer também a brecha que viabiliza formas de dependência externa. Os estadunidenses deixaram de olhar a região há muitos anos, e veem apenas em um âmbito mais genérico de criminalização. O Brasil diferentemente dos norte-americanos tem exposto uma diplomacia de defesa para alavancar a ótica da segurança regional (SILVA, 2014).

A necessidade de se fazer um escudo frente aos interesses de outras potências, advém do próprio anseio regional de integração. Porém, qualquer atitude que vá de encontro ao âmbito da defesa tem que se levar em consideração o papel estadunidense na região. Para uma melhor conceituação de integração em defesa expõem-se Teixeira (2014):

“Em contrapartida, integrar não deve significar desarmar. Não se deve confundir a integração sul-americana em defesa como um processo de desmonte das forças armadas da região, já que essas aparentemente não seriam mais necessárias, ao ter vizinhos partilhando de uma interdependência política e econômica. A possibilidade de integração, vislumbrando também a defesa deve, pelo contrário, propiciar um ambiente seguro, no qual os investimentos em defesa não mais representariam riscos para continuidade das políticas regionais, mas também, criar a possibilidade de investimentos conjuntos nesse campo tecnológico altamente estratégico para esses países”. (TEIXEIRA, 2014, p. 242-243).

Há o cuidado de se abordar sobre a presença estadunidense na América do Sul, diante da negativa dos EUA vetando um novo assento permanente do Conselho de Segurança da ONU ao Brasil, não concedendo assim persuasão no continente a não ser a própria. O Brasil busca conjuntamente com os membros da Unasul o desenvolvimento regional da defesa com perspectivas de alterar as esferas de influências. Não tendo mais a OEA representatividade tão efetiva em resguardar os interesses dos países do continente, o CDS busca proporcionar pensamento próprio oriundo não apenas do eixo governamental, como também a inclusão das demais camadas da sociedade.

2.3 - DAS DIRETRIZES PARA UMA MAIOR APROXIMAÇÃO CIVIL: ACADEMIA, MILITARES E SOCIEDADE – A TRIÁDE PARA A EXPANSÃO DA DEFESA CONTINENTAL

Ao se indagar sobre defesa e segurança tal ato está perpetuado no pensamento comum como que exclusivamente das Forças Armadas. A passagem da vinculação de que isto é um assunto que deve ser conjuntamente pensado entre os setores da sociedade civil, os militares e os acadêmicos foi-se gradativamente ocorrendo e está sob um status de co-construção (SAINT-PIERRE, 2013). Tal avanço, principalmente acadêmico, é exposto por Saint-Pierre:

“Na atualidade acadêmica, o tema do controle civil e da condução política da Defesa já tem uma reflexão mais solidamente apoiada nos estudos que enfocam a Defesa e a projeção estratégica. Isso provocou um giro nas pesquisas, retirando do centro da reflexão a preocupação **sobre** os militares para passar a ser uma questão que exige uma reflexão **com** os militares”.(SAINT-PIERRE, 2013, p.78).

O início das contribuições da comunidade acadêmica ocorre sob a égide do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas. Tempos depois a criação do núcleo de Campinas, foi criado um núcleo irmão no Rio de Janeiro. Outro na Universidade de São Paulo e no fim da década de 90 surge o Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional na Universidade Estadual Paulista. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul cria o programa de pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, como também a Universidade Federal Fluminense com o seu Núcleo de Estudos Estratégicos.

A Associação Brasileira dos Estudos de Defesa e o Instituto Pandiá Calógeras no âmbito do Ministério da Defesa, assim como a Escola Superior de Guerra, tem adotado como eixos internos a maior aproximação civil-militar, seja pela promoção de encontros/seminários/incentivos a pesquisa, dentre outras iniciativas. Todos esses fatores alavancam a produção científica na área. Porém, mesmo que crescente, ainda são poucos os especialistas capacitados sobre o tema. A falta de um corpo acadêmico qualificado a altura pode acarretar na continuação de formulações militares sobrepujadas por potências que há anos investem em conhecimento civil (AMORIM, 2013; AMARAL, 2014).

Por isso o eixo da END e do LBDN é o povo, tendo o LBDN um intenso debate público (AMORIM, 2013; AMARAL, 2014) e o Estado reconhece que a sua relação com os acadêmicos e a sociedade é de vital necessidade aos próprios objetivos da defesa (AMORIM, 203, p.27). Neto (2013, p.48) traz o que compete a sociedade civil fazer, onde ela deve ver a compreensão da máquina militar como forma de impor limite aos comandos, e também acompanhar as diretrizes internas das Forças Armadas. A inserção também é recíproca, Neto afirma que um militar moderno tem “[...]um pé na corporação e outro na academia civil” (NETO, 2013, p.53). Por sua vez Mei (2014) coloca que os estudos militares sob a ótica dos civis, que não vivem sob o *ethos* militar, vem adicionar um diálogo mais crítico e pluralista.

Mas o convencimento de uma população passa por inúmeras fases, inclusive a financeira. Amaral (2014) se questiona de como convencer a sociedade de que se deve aumentar os gastos na pasta da Defesa, sendo que os serviços básicos como educação e saúde são precários. Sendo que modernizar custa muito aos cofres públicos, e que a população civil desconhece das teorias sobre a guerra. Como falar das aspirações do Barão do Rio Branco que resolveu conflitos fronteiriços com a habilidade diplomática, dispensando assim a necessidade de conflitos; e da história dos feitos de Duque de Caxias para a população carente de um ensino básico de qualidade. Uma das alternativas ao elevado custo da modernização a fim de

evitar críticas, é a construção de projetos em comum (TEIXEIRA, 2014), um grande desafio que a Unasul e o CDS enfrentarão.

A fim de contrabalançar o pouco interesse nacional sobre a temática da Defesa (MEI, 2014) o avanço do pensamento na área deve ser incentivado e a visão de segurança regional propagada. Seja ele promovido pelas forças, ou pelo MD através de instrumentos como o Instituto Pandiá, seja pelas universidades expandindo o conhecimento (como por exemplo exposições no SBPC, Seminários e Encontros, etc...). O projeto da Escola de Defesa Sul-Americana é uma medida importante que vem a contribuir na formação militar e civil sob Segurança regional e Defesa, evitando conhecimento de fora²⁷, e produzindo dados mais coerentes com a realidade da América do Sul.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As dificuldades de uma projeção brasileira, apesar de ser um grande desafio, é algo que vem sendo almejado e conquistado a médio-longo prazo. E como expõe Amorim (2013) sobre a “grande estratégia” que o país busca no continente, a necessidade de um arsenal que fomenta isto torna-se evidente frente as lições históricas que já ocorreram no passado. Em uma área detentora de inúmeros recursos visados por potências extra regionais, a América do Sul tende a se unificar e fortificar-se junto a Unasul para uma maior projeção conjunta e conseqüentemente maior capacidade dissuasória. E nesta “dissuasão para fora” (FORTI, 2014) é que se constrói os laços internos capazes de afastar não apenas o dilema de segurança como também influências de outros países.

A PND, END e o LBDN contribuem para maior integração dos órgãos tomadores de decisão e a sociedade civil, que está diretamente interessada e afetada pelos seus escritos. A legitimação de um pensamento comum de defesa passa por empecilhos de disparidade tecnológica entre os países e passados conflituosos comuns. Porém, a possibilidade de intervenção de outros países para a manutenção do *status quo* vigente é um fator condicionante ao fomento de maior confiança entre os membros da Unasul. Com o auxílio da academia e da sociedade, os projetos militares possam em um futuro próximo serem legitimados como algo conhecido por toda a nação, expondo assim o espírito pacífico brasileiro e transformando a América do Sul em uma área de paz e cooperação efetivamente.

²⁷ Pode-se fazer aqui uma alusão a Escola Das Américas, que é vinculada ao Departamento de Defesa dos EUA e treinou grande parte do contingente militar no continente sul, inclusive na época ditatorial.

CAPITULO 3

A UNASUL E O CONTEXTO BÉLICO SUL-AMERICANO.

Este capítulo está dedicado a uma análise sobre a aplicabilidade das teorias citadas nos capítulos anteriores, e averiguar se o que se expõe é condizente com a realidade. Abordando o desafio de como a Unasul pode ser um instrumento fomentador de confiança e solucionador do dilema de segurança na região. Atualmente o continente passa por um intenso processo de aquisição de equipamentos, pois os que foram adquiridos na década de 80 estão próximos de encerrar sua vida útil (TEIXEIRA, 2014). Modernizar-se em um nível amplo pode reviver na região certas inimizades, fazer com que se aumente as desconfianças, e trazer à tona o dilema de segurança na região. Fatores estes que o CDS procura apaziguar e/ou evitar, colocando a América do Sul sob a ótica de um Complexo Regional de Segurança, aumentando a confiabilidade entre os Estados.

Demonstrar que os projetos elaborados sob a PND, END e o LBDN são promotores da paz, e não incentivadores de disputas, é o ensejo deste capítulo. Os investimentos realizados vem a ser um instrumento necessário as Forças para manutenção da soberania e proteção interna. As dúvidas sob qual tipo de estratégia usar e suas consequências são expostas ao longo do texto. As medidas visam diminuir possíveis assimetrias, e afastar possíveis acusações futuras do Brasil – de querer ser um *hegemon* regional –, fazendo com que a Unasul equilibre a balança de poder entre seus membros via construção de capacidades comuns, aumento da confiança e a adoção de um pensamento em defesa sul-americano.

3.1 – A ORIGEM DA UNASUL E A CRIAÇÃO DO CONSELHO DE DEFESA SUL- AMERICANO

A Unasul foi criada em 2004, anteriormente denominada de Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA, e após 2008 altera-se para a denominação atual. Na cidade de Brasília no dia 23 de maio de 2008, os líderes dos países sul-americanos firmaram seu Tratado Constitutivo. Entrando em vigor apenas em 2011 devido a ratificação dos respectivos países em suas casas legislativas. Oriunda das Declarações de Cusco, Brasília e Cochabamba, seus membros são guiados pelo eixo histórico comum e por fatores socioeconômicos

semelhantes. Tem como objetivo de almejar uma integração latino-americana e caribenha, a fim de amenizar os problemas que vivenciam (UNASUR, 2008). Seu Tratado define que:

“La Unión de Naciones Suramericanas tiene como objetivo construir, de manera participativa y consensuada, un espacio de integración y unión en lo cultural, social, económico y político entre sus pueblos, otorgando prioridad al diálogo político, las políticas sociales, la educación, la energía, la infraestructura, el financiamiento y el medio ambiente, entre otros, con miras a eliminar la desigualdad socioeconómica, lograr la inclusión social y la participación ciudadana, fortalecer la democracia y reducir las asimetrías en el marco del fortalecimiento de la soberanía e independencia de los estados”. (UNASUR, 2008, p.9).

A projeção de uma identidade comum entre os países membros reforça o compromisso da Unasul em transpor o eixo legislativo e tornarem práticos seus ideais. Carmona a classifica como um “embrião de um polo sul-americano” (CARMONA, 2014, p.355). Além de ter uma maior autonomia e menor influência externa, como considerações positivas sobre o organismo. Reforçando as opiniões de Carmona (2014), Celi (2014, p.389) afirma que organismos como a Unasul, a Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA) e a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), surgem no contexto de aumentar a importância regional. A Unasul no âmbito sul-americano contribui para uma perspectiva estratégica com identidade própria (CELI, 2014, p.390), para a cooperação dos setores de defesa, além de ter um papel importante a ser promovido: a articulação em nível sub-regional na transição da “defesa hemisférica a segurança regional” (CELI, 2014, p.392).

Para consolidar essa segurança, cria-se o Conselho de Defesa Sul-Americano. Proposto pelo Brasil em 2008, junto com a proposta da Unasul, o Conselho não foi aprovado devido a duas lacunas. E segundo Saint-Pierre (2009) *apud* Soares, Godoy & Prado foram: “a falta de clareza de seu conteúdo – seu alcance e objetivos – e o tom impositivo da proposta” (SOARES, GODOY & PRADO, 2014, p.473). Cabe salientar que a Colômbia (país que mantém laços estreitos com os EUA) foi contra o CDS, justificando que já havia outro órgão com a mesma competência na região – a Junta Interamericana de Defesa –, o que levantou a desconfiança de outros países da região sobre as reais intenções brasileiras com a proposta (TEIXEIRA, 2014, p. 181-182).

Apesar destes empecilhos foi aprovado o Conselho, na Corte Extraordinária da Unasul. Delimitando em seis pontos o seu plano de ação: “Política de defesa, ações humanitárias e operações de paz, indústria e tecnologia de defesa, formação e capacitação” (SOARES, GODOY & PRADO, 2014, p.475). Corroborando em uma cooperação e

coordenação na área da Defesa, que não seja plenamente militar, e nem de resolução de conflitos. Respeitando os princípios da Carta da ONU e da OEA.

Porem a OEA foi com o passar dos tempos deixando de representar efetivamente os interesses sul-americanos, promulgando suas decisões voltadas aos interesses estadunidenses (SOARES, GODOY & PRADO, 2014, p.474). Dada essa ineficácia da OEA, órgãos como o Mercosul e a Unasul surgem no contexto de alterar o *status quo*. Funcionando como um órgão vinculado a Unasul, o CDS tem em seus princípios: “o respeito à soberania nacional, promoção da paz e solução de controvérsias, incentivo ao desarmamento, a defesa soberana dos recursos naturais e reforçar a paz no continente²⁸” entre outros (UNASUR, 2008, p.2-3).

A definição do CDS nas palavras de de Saint-Pierre *apud* Soares, Godoy & Prado (2014): “trata-se (o CDS) de uma “tentativa de integração do pensamento de defesa sub-regional para discutir as necessidades de defesa comuns”” (SOARES, GODOY & PRADO, 2014, p.473). O continente sul-americano através do CDS promove uma “postura estratégica de caráter defensivo não usando da força contra outro Estado, mas sim pautada pelos princípios da legítima defesa” (FORTI, 2014, p.406), passando por um processo de confiança entre os seus 12 membros, que gradativamente progredem a uma criação do pensamento estratégico sul-americano (FORTI, 2014).

A necessidade de uma identidade estratégica sul-americana é exposta tanto no Tratado Constitutivo da Unasul, quanto no documento que dá origem ao CDS, expondo neste último em seu artigo 4º, alínea b, o seguinte

“Construir una identidad suramericana en materia de defensa, que tome en cuenta las características subregionales y nacionales y que contribuya al fortalecimiento de la unidad de America Latina y del Caribe”. (UNASUR, 2008, p.3).

O desafio de construir essa identidade esbarra não apenas em um passado histórico conflituoso, como também a influência estadunidense na região. Assim como assimetrias entre as indústrias e políticas de defesa dos Estados. Esses e outros fatores, no âmbito do continente sul-americano, fazem com que o CDS tenha longos desafios pela frente (FORTI, 2014).

²⁸ Tradução Livre do autor

3.2 - HARD-POWER, SOFT-POWER, OU SMART-POWER: CAPACIDADES CONCRETAS OU TRANSFORMAÇÃO DE PODER NO DILEMA DE SEGURANÇA

Hard-power, *Soft-power*, e *Smart-power* são conceituações de Joseph Nye que os define respectivamente como o uso de “poder duro” oriundo do eixo econômico e militar, “poder brando” onde usa-se outros instrumentos como a cultura e a diplomacia, e a combinação dos dois resultando em um “poder inteligente”. A construção de capacidades concretas envolve a projeção brasileira dentro do seu entorno hemisférico, e fora também. Tendo externamente o emblema de contra-atacar uma possível agressão. O emblema de se articular forças e/ou diplomacia é o que Amorim (2013) defende que deve ser levado em consideração sobre as vantagens e desvantagens de cada um no âmbito do *smart-power*.

Carmona (2014) considera três grandes áreas para a projeção brasileira:

- primeiro, na esfera política – diplomática; ao qual se agrega nosso *soft power* (influência ideológica e cultural), isto é, em que medida outros povos admiram nossa civilização e até mesmo “querem ser” como nos;
- segundo, a capacidade de mobilização ou dispêndio econômico em torno de objetivos nacionais no exterior, que inclui a possibilidade de financiar iniciativas estratégicas;
- por fim o *hard power*, isto é a capacidade de promover presença estratégico-militar com nosso entorno geoestratégico, visando dissuadir ameaças extra regionais ademais de contar, caso necessário, com capacidade expedicionária.” (CARMONA, 2014, p.368-369).

Carmona coloca no plano estratégico-militar, o avanço da dissuasão, como forma de impedir outros Estados que queiram influenciar os países da América do Sul. As iniciativas de modernização das forças, e sua respectiva ampliação do orçamento, esbarram no dilema de segurança. A construção de novas capacidades como por exemplo o submarino de propulsão nuclear, dará ao país maior respaldo e dissuasão externa. Mas mesclar esse instrumento de *hard power* e convencer os membros da Unasul que a aquisição deste e de outros equipamentos bélicos é de interesse nacional, no âmbito da precaução, e não no ensejo de um conflito, é uma fator a ser trabalhado principalmente via CDS.

Por isso a Unasul e o CDS tem em seus estatutos a promoção e a manutenção de uma zona de paz no continente. A cooperação nas áreas de segurança e defesa podem contribuir para a redução da incerteza sobre a atualização dos armamentos bélico das Forças Armadas (CELI, 2014, p. 396; TEIXEIRA, 2014). A diplomacia entre os Ministros de Defesa amplia a

transparência entre os países, tornando o CDS como um importante fator de *soft-power*. O *smart-power* vem a ser um instrumento valioso ao país para o cumprimento das políticas da PND, END e LBDN (AMORIM, 2013).

Sendo os líderes de Estado, seres humanos, os mesmos não estão imunes ao sentimento do medo. O medo sobre a atitude do outro alimenta o dilema de segurança, tornando a desconfiança inevitável (HERZ,1950). Porém fatores como um pensamento comum em defesa, a inserção da sociedade civil, e a transparência das intenções reduzem o nível de desconfiança gerado. Por isso o lançamento de livros brancos vem se propagando nos últimos anos como forma de transparência externa. Os investimentos e os planejamentos do Brasil, - principalmente efetuados após as projeções da PND, END e LBDN -, em 2014 são diversos, dentre os quais destacam-se os que estão em viés de execução segundo dados do Portal da Transparência e do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG:

Tabela 3 – Projetos em fase de execução orçamentaria

PROJETOS E AQUISIÇÕES	TIPO
Construção do Submarino de Propulsão Nuclear (Prosub) e Convencional	Defesa Naval
Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR)	Defesa Aérea
Construção de Navios-Patrolha Oceânicos de 1.800 toneladas (NPoC 1800t)	Defesa Naval
Elaboração do Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	Defesa Naval
Implantação do Sistema de Defesa Cibernética	Aborda as três Forças Armadas
Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020	Defesa Terrestre
Implantação e Adequação de Artilharia Antiaérea de Autodefesa	Defesa Aérea

Aquisição de Blindados Guarani	Defesa Terrestre
Implantação da 2ª Esquadra (a ser feita na região Norte e Nordeste)	Defesa Terrestre
Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER)	Defesa Naval
Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas	Defesa Aérea
Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais – PESE	Defesa Aérea
Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (Napa 500t)	Defesa Naval
Desenvolvimento de Míssil Nacional Antinavio	Em implantação
Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM	Defesa Terrestre
Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)	Defesa Terrestre, a ser integrado pelo Sistema Brasileiro de Vigilância (SISBRAV)
Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB)	Defesa Aérea, a ser integrado pelo Sistema Brasileiro de Vigilância (SISBRAV)
Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB)	Integra os demais órgãos públicos em prol de elasticidade a fim de maior efetividade na Defesa.
Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE)	Suporte ao MD e as Forças
Satélite Geoestacionário Brasileiro – SGB	Defesa Aérea
Aeronave de Transporte KC-390	Defesa Aérea
Projeto FX-2 Aquisição dos caças Gripen	Defesa Aérea
Veículo blindado 6x6 VBTP- MR Guarani	Defesa Terrestre

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2014) e Portal da Transparência.

Os projetos de destaque são o Prosub, o KC-390, o Sisfrom e o Guarani, no âmbito da marinha, aeronáutica e exercito respectivamente. O Prosub como afirma Carmona vem com o intuito de “[...]dotar a Marinha do Brasil de autonomia da construção de submarinos a propulsão nuclear” (CARMONA, 2014, p.358). A Amazônia Azul e demais riquezas como o Pré-Sal podem ter maior seguridade graças aos submarinos que a Marinha prevê 20 unidades convencionais e 6 nucleares até 2045 (CARMONA, 2014). O ganho tecnológico é outro ponto positivo ganho, além de motivações totalmente pacíficas como a defesa continental (VIEGAS, 2014, p.427). Como também a modernização e produção de novos navios agregando tecnologia, tentando reverter o quadro deficitário que Leal expos em 2011. Entre as futuras aquisições da aeronáutica, tem-se os caças FX-2 e os cargueiros KC390 em substituição gradativa dos antigos Hercules C130. A dissuasão aérea fornecida pela modernização será de grande contribuição ao Estado Maior das Forças Armadas e ao MD.

Os blindados Guarani e o Sisfrom irão aumentar a capacidade de defesa do exército, tendo assim através do Sisfrom a vigilância das fronteiras por radares e sensores explorando áreas de difícil acesso. Os blindados modernizados e preparados com poder bélico atual, proporcionam independência tecnológica ao país (BRASIL, 2012). Outra ampla e forte medida da Defesa é a criação de um Satélite Estacionário brasileiro. Os atuais são alugados, e evitar essa dependência tecnológica é vital para o suporte as demais forças. Com previsão de ser lançado até 2016 o mesmo “ira proteger informações estratégicas do país” (BRASIL,2014) e levar banda larga a regiões isoladas no norte. Os erros de cálculo que uma dependência tecnológica elevada pode proporcionar fora uma das lições das Guerras das Malvinas, onde a Argentina ficou sem os códigos de lançamentos de seus misseis após a negativa francesa de concede-los²⁹. Por estes e outros fatores o Estado Maior das Forças Armadas investe na ampliação de uma autônoma tecnológica. A previsão dos principais projetos das Forças Armadas com seus respectivos valores estimados no LBDN são:

²⁹ A Argentina detinha misseis de fabricação francesa, que necessitavam de códigos de lançamentos dos quais apenas o produtor possui. Em alinhamento aos EUA , não foi concedido aos argentinos tais códigos, alterando consideravelmente a capacidade de ataque dos argentinos frente aos ingleses.

TABELA 4 – PRINCIPAIS PROJETOS DA MARINHA

Previsão de conclusão dos projetos e valor global estimado

Projetos	Período previsto*	Valor Global Estimado até 2031 (em R\$ milhões)
1. Recuperação da Capacidade Operacional	2009 — 2025	5.372,30
2. Programa Nuclear da Marinha (PNM)	1979 — 2031	4.199,00
3. Construção do Núcleo do Poder Naval	2009 — 2047	175.225,50
4. Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	2013 — 2024	12.095,60
5. Complexo Naval da 2ª Esquadra / 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra (2ª FFE)	2013 — 2031	9.141,50
6. Segurança da Navegação	2012 — 2031	632,80
7. Pessoal	2010 — 2031	5.015,60

* Observa-se que alguns projetos, por sua complexidade, excedem o período programado para o PAED, outros já se encontram em andamento antes da implantação do PAED. Valores dependem de aprovação do governo federal.

Fonte: Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012, p. 196)

TABELA 5 – PRINCIPAIS PROJETOS DO EXERCITO

Projetos	Período previsto*	Valor Global Estimado até 2031 (em R\$ milhões)
1. Recuperação da Capacidade Operacional	2012 — 2022	11.426,80
2. Defesa cibernética	2011 — 2035	839,90
3. Guarani	2011 — 2034	20.855,70
4. Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)	2011 — 2035	11.991,00
5. Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)	2011 — 2035	13.230,60
6. Sistema de Defesa Antiaérea	2010 — 2023	859,40
7. Sistema de Mísseis e Foguetes ASTROS 2020	2012 — 2023	1.146,00

* Observa-se que alguns projetos, por sua complexidade, excedem o período programado para o PAED, outros já se encontram em andamento antes da implantação do PAED. Valores dependem de aprovação do governo federal.

Fonte: Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012, p. 200)

TABELA 6 – PRINCIPAIS PROJETOS DA AERONÁUTICA

Previsão de conclusão dos projetos e valor global estimado

Projetos	Período previsto*	Valor Global Estimado até 2031 (em R\$ milhões)
1. Gestão Organizacional e Operacional do Comando da Aeronáutica	2010 — 2030	5.689,00
2. Recuperação da Capacidade Operacional	2009 — 2019	5.546,70
3. Controle do Espaço Aéreo	2008 — 2030	938,30
4. Capacitação Operacional da FAB	2009 — 2033	55.121,00
5. Capacitação Científico-Tecnológica da Aeronáutica	2008 — 2033	49.923,90
6. Fortalecimento da Indústria Aeroespacial e de Defesa Brasileira	2009 — 2030	11.370,20
7. Desenvolvimento e Construção de Engenheiros Aeroespaciais	2015 — 2030	A ser determinado pelo PNAE
8. Apoio aos Militares e Civis do Comando da Aeronáutica	2010 — 2030	3.229,60
9. Modernização dos Sistemas de Formação e Pós-Formação de Recursos Humanos	2010 — 2028	352,00

* Observa-se que alguns projetos, por sua complexidade, excedem o período programado para o PAED, outros já se encontram em andamento antes da implantação do PAED. Valores dependem de aprovação do governo federal.

Fonte: Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012, p. 206)

Todos esses investimentos em projetos e em aquisições de médio e longo prazo, proporcionados inicialmente através da END, e depois com o LBDN, que preveem modernizações das forças, traz à tona questionamentos se o que se realiza é a construção de capacidades concretas ou transformação de poder. O risco de surgir o medo sob o dilema de segurança é um fator que pode ser minimizado através da construção de confiança, pensamento comum de defesa, e fomento de táticas militares comum via CDS. Considerando os apontamentos de Teixeira (2014, p.231) onde através da análise europeia, afirma que a cooperação visando a construção de equipamentos bélicos comuns, além de aumentar a confiabilidade torna os custos totais mais baratos. Sem usar excessivamente, nem exclusivamente, de *hard-power* ou de *soft-power*; mas sim um *smart-power* no âmbito regional demonstrando aos demais a pacificidade das intenções brasileiras pautadas na modernização.

3.3 O CONSELHO DE DEFESA: UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA DO DILEMA DE SEGURANÇA

Considerando a possibilidade, - caso a mesma ainda não esteja ocorrendo ou em viés de ocorrer -, do surgimento do dilema de segurança na América do Sul, expõe-se nesta sessão algumas alternativas de solucionar tal dilema. Tem-se que considerar o que será da integração sul-americana, e como isso influenciará os processos decisórios no futuro. Soares, Godoy e Prado (2014, p.476) “desenham” o futuro da defesa na América do Sul até 2030. Contando com o afastamento do dilema de segurança sob tais projeções, levando em consideração os limites fronteiriços e as tensões existentes. Tomando por base a Venezuela que é propensa a uma autonomia sul-americana, principalmente frente aos Estados Unidos, e investe fortemente em armamentos (SOARES, GODOY & PRADO, 2014, p.477), tem-se também a cooperação brasileira e argentina como forma de minar as desconfianças, e deve-se observar a aproximação dos EUA junto a Colômbia e Paraguai como possível ato que visa desestabilizar a região, como já ocorrera anteriormente na história³⁰.

Por isso Soares, Godoy & Prado projetam 4 cenários: favorável, sucesso parcial, desfavorável e catastrófico. A construção de um cenário favorável ocorreria no âmbito do CDS diminuir as desconfianças de seus membros atuando na resolução de controvérsias, tendo a confiança como o início de um futuro benéfico à região. Mas não somente o CDS como também a sociedade civil fazem parte deste contexto buscando uma cooperação mais estratégica. A futura prática de exercícios militares comuns, entre os membros do Conselho³¹, poderiam gerar o início da superação da defasagem tecnológica, através de programas financiados pelo Banco do Sul e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Outro cenário exposto pelos autores, o de sucesso parcial, vê as atividades da Unasul como “embrionárias” e que não almejaria superar a presença estadunidense. Por isso o CDS teria que atuar fomentando uma integração ampla e agindo nas ameaças em comum. Como por exemplo a proposta de uma tropa sul-americana podendo gerar tensões com a França, detentora do território ultramar da Guiana, o que traria a atitude de uma potência extra regional. A ótica de que tais tropas sul-americanas seriam o equivalente a uma “OTAN Sul-

³⁰ Inúmeras são as tentativas estadunidenses de desestabilização do cone sul, como passado de ditadura militar auxiliado pela CIA, o apoio a Inglaterra e o descumprimento do TIAR demonstra no passado histórico quais as prioridades estadunidenses caso haja algum conflito no eixo América do Sul e OTAN.

³¹ As práticas militares conjuntas apenas existem entre o Chile e a Argentina segundo Teixeira (2014)

americana” (Soares, Godoy & Prado apud Chaves) é demasiado futurística e de acordo com Teixeira (2014) não condiz com os objetivos da Unasul.

No cenário desfavorável surgiria como um impasse os interesses brasileiros, que poderiam ser visto como atitude imperialista. A dicotomia Conselho de Segurança da ONU e o CDS poderia ser vista pelos demais países como a tentativa brasileira de alçar-se sozinho nos centros de decisões internacionais. Para driblar essa desconfiança o uso de um *smart-power* seria o mais adequado para não deixar o CDS deslegitimado ou desacreditado pelas projeções brasileiras. Pois

“[...]a medida que o Brasil priorizasse as determinações do CS, sua participação no CDS ficaria defasada, a confiança entre os membros da Unasul ficaria comprometida e o processo de integração em Defesa seria limitado consideravelmente”. (SOARES, GODOY e PRADO, 2014, p.485).

Neste cenário se considera uma possível aproximação Brasil-EUA como fator de intensos desconfortos e pressões sob a Unasul. E no pior cenário previsto, o catastrófico, teriam por base a insegurança e a inflexão a cooperação. O medo hobbesiano viria a tona e a visão maquiavélica da natureza do homem vigoraria, motivada principalmente pela busca seus interesses, o caos e o individualismo promoveriam um intenso dilema de segurança. A possibilidade de uma corrida armamentista sul-americana frente aos vizinhos pelas modernizações bélicas seria viável, e a chance de intervenção das demais potências como os EUA e a China via Conselho de Segurança da ONU diante de tal cenário são fatores intensos de desestabilização. Como por exemplo o que ocorreu na Líbia e no Iraque, onde os EUA intervíram através da OTAN e por si próprios respectivamente. E tais cenários não seriam benéficos a nenhum país da região. Tal insegurança não abordaria apenas a área da Defesa mas sim um cenário geopolítico como um todo (SOARES, GODOY & PRADO, 2014).

Considerando a prospectiva da possibilidade destes cenários, o surgimento do CDS surge como forma de aproximação militar e dos sistemas de defesa evitando cenários que não sejam favoráveis ao continente. Efetivando assim uma:

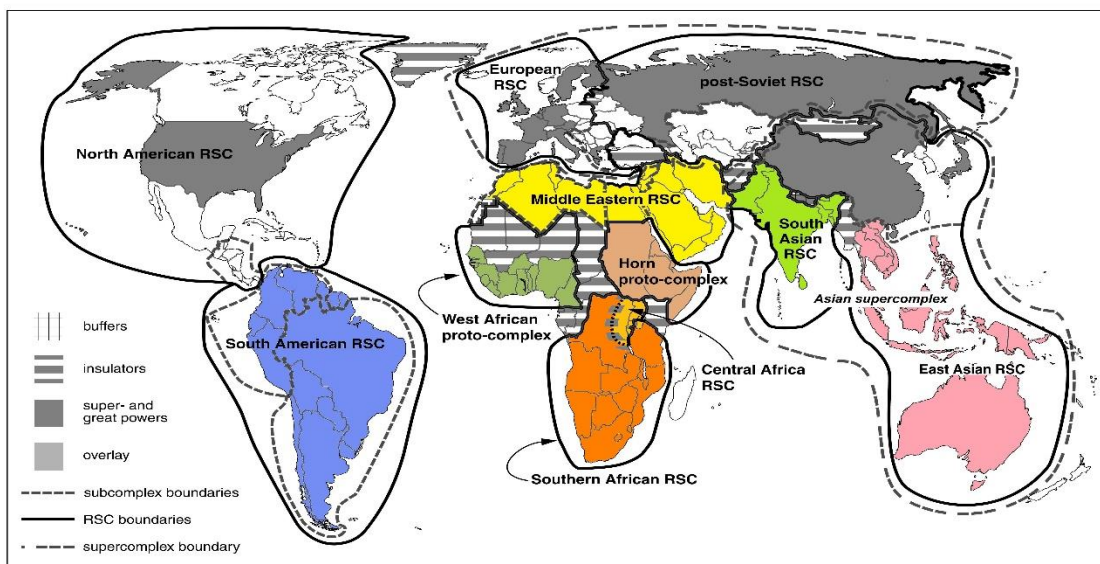
“[...] doutrina militar combinada, regional, isto é, uma doutrina militar comum, genuinamente sul-americana, desenvolvida por nós mesmos em função dos nossos próprios interesses, objetivos e necessidades”. (FORTI, 2014, p. 410)

Se for planejada no ambiente da Unasul, isto faria com que fosse minada a insegurança continental. Teixeira (2014) aponta a Unasul como o órgão que transformou a ótica da integração, antes vista majoritariamente pelo viés econômico, para a visão de que a mesma é uma derivação consequente da cooperação. Rezende (2014) apud Buzan & Waeber (2003) expõe a conceptualização dos Complexos Regionais de Segurança – CRS que são mecanismos que buscam compreender as indagações sobre segurança internacional partindo de um enfoque regional³². Um CRS seria em termos

“[...]conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros”. (REZENDE, 2014, p.419 apud BUZAN & WAEVER, 2003, p.44).

Tendo o CRS como variáveis quatro âmbitos: fronteiras, estrutura anárquica, polaridade e construção social. O questionamento de que a América do Sul constitui um CRS é longo. Dado as características que passa o continente nos últimos anos, não é de todavia errado uma análise que a veja como um CRS, dado que o principal motivo de criação do CDS fora a congruência de assuntos comuns na área de defesa e segurança.

Mapa 2 – Complexos Regionais de Segurança no Pós-Guerra-Fria



Map 2. Patterns of Regional Security Post-Cold War

Fonte: The Policy Tensor (2012)

³² Devido as ameaças estarem mais intrínsecas no âmbito interno, porém não podem ser desvinculadas do cenário internacional.

Recordando o papel da Unasul de alterar a política de segurança (FORTI, 2014), com o objetivo de promoção da paz, consenso em defesa e redução das assimetrias no continente (UNASUR, 2008); o CDS poderia sim atuar como um apaziguador sob o dilema de segurança. Pois sendo os objetivos do CDS e da Unasul concomitantes, conforme Celi (2014)

“Em sua projeção maior, a Unasul se constitui como um mecanismo de inserção da América do Sul no cenário global, com uma perspectiva autônoma, como um fator e componente de reestruturação das relações de poder no mundo, que se afasta do ponto de vista estratégico tradicionalmente condicionado pela gravitação do unilateralismo hegemônico dos Estados Unidos”. (CELI, 2014, p.391)

Assim a Unasul e o CDS buscam fomentar uma maior cooperação e consequente projeção internacional dos seus membros, unindo os países em prol de interesses comuns na tentativa de afastar algumas desconfianças históricas e certos conflitos que ainda persistem como por exemplo o acesso ao mar. O CDS seria um mecanismo de resolução próprio, que passa a “dizer não frente a interferências externas” (TEIXEIRA, 2014, p.177) ampliando a cooperação em defesa para o aumento da confiabilidade. O CDS vem promovendo desde a sua criação avanços em vários eixos como expõe Silva (2014): “[...]política de defesa, cooperação militar, ajuda humanitária e forças de paz, indústria e tecnologia de Defesa e formação e capacitação de pessoal” (SILVA, 2014, p.384).

Emergindo assim o início de um pensamento em defesa sul-americano, afastando o dilema de segurança e apaziguando assim o medo sob o que o outro irá realizar (HERZ, 1950). Tal medo minimizado faz com que o dilema de segurança, o dilema de resposta e o dilema irreduzível (HERZ, 1950; HERZ, 2012; BUTTERFIELD, 2008), que poderiam representar um perigo a legitimidade do CDS, seja mínimo e afaste o risco de uma corrida armamentista e/ou a aliança de algum país do bloco junto a uma potência extra regional. Mesmo tendo as dificuldades internas como a “intima relação Colômbia e EUA” (SILVA, 2014, p.384; TEIXEIRA, 2014) e a antítese norte-americana de segurança hemisférica e a brasileira de segurança regional, um *smart-power*, principalmente sob o viés diplomático - tendo a defesa como última estratégia (FORTI, 2014,p.407) - contribui para a superação destes desafios. E aliado aos demais instrumentos possa fazer com que o CDS em um futuro próximo, como exposto em seu Estatuto, almejar a identidade sul-americana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao capítulo inicial foi-se abordando os desafios a serem vencidos pelo Brasil e a tênue relação com a vizinhança. No segundo capítulo buscou trazer as análises teóricas para a realidade vivenciada na América do Sul, alocando as capacidades de defesa brasileiras e os desafios internos a serem superados. Mostra-se como é vital colocar a necessidade de aceitar a Defesa como eixo primordial ao país, e um maior vínculo com a sociedade como fatores de legitimação. Expondo os âmbitos da PND, END e LBDN a fim de contribuir para a integração via segurança e o fomento – junto com o CDS – de uma identidade sul-americana em comum.

Ao último capítulo coube analisar a Unasul e o CDS como formas de fomentar um pensamento comum em defesa e apaziguar os dilemas de segurança, resposta e irreduzível. Como o uso da diplomacia e de um *soft-power* podem ser positivos para que a projeção não seja confundida com intenções de conflito. O futuro da integração sul-americana sob o viés da Unasul, comportando a região como um CRS a fim de evitar a inserção de outra potência na área. O desafio de maior inserção e maior confiança interna são fatores importantes a serem considerados na Unasul.

A necessidade de modernização bélica frente a defasagem que vem ocorrendo é evidente. Os projetos e projeções brasileiras também são fatores inegáveis que a médio-longo prazo ocorrem. O uso do *smart-power* para aliar os interesses internos e a demanda internacional por redução dos gastos militares se mostra amplamente necessário. A proposta peruana de desarmamento da América do Sul, feita na Unasul, onde seria de 15% a redução nos gastos em com armamentos em cinco anos, não fora efetivamente, mesmo que apresentada, parte da agenda do órgão (JESUS, 2013).

Porém, a bandeira da integração não deve ser vista apenas no âmbito do desarmamento (TEIXEIRA, 2014). Por isso o país não pode ficar apenas sob a expectativa do CDS, e os planos internos de defesa também levam em grande consideração, seja a médio ou longo prazo, a integração continental. A fixação de metas de longo prazo como as do Brasil 2022³³ apontam uma preocupação brasileira em manter a integração como uma de suas políticas promissoras. Dentre elas tem-se a consolidação da Unasul, a concretização do submarino nuclear, o efetivo monitoramento terrestre e marítimo, e por fim ter o primeiro veículo lançador de satélites efetivamente brasileiro.

³³ Documento anexo ao LBDN, encomendado pelo ex-presidente Lula que define metas do país a serem executadas até o ano do bicentenário da independência.

E ter uma visão do país como uma “potência unipolar sul-americana” e/ou hegemonia regional como afirma Rezende (2014, p.421) é demasiadamente equivocada e incompatível com a realidade vivenciada. A ausência de uma análise mais condizente com os feitos do MD, MRE e demais órgãos, demonstra que Rezende ainda se prende a antigos padrões de análise como, por exemplo, um conceito ultrapassado de polaridade no Sistema Internacional. O que se tem no continente hoje é exposto por Teixeira como: “Na atualidade, o que se apresenta é o retorno do discurso integracionista voltado para a inclusão da totalidade dos países do continente através da Unasul[...]” (TEIXEIRA, 2014, p.239). E mesmo que alguns projetos causem certos atritos há uma maior disponibilidade pelo dialogo do que pela visão de um país *hegemon*. Há por exemplo a tentativa de melhorar as comunicações entre os eixos MD – Sociedade Civil - Forças Armadas, como um novo integrante na tentativa de mudar o padrão internacional, padrão este que rejeita a cooperação e prioriza o conflito (AMARAL, 2014).

Por isto o CDS avança ao consolidar uma nova forma de cooperação em defesa e fomentar a construção de uma doutrina comum (SILVA, 2014, p.392-394). O pensamento de defesa sul-americano comum - desafio a ser implantado -, como algo estratégico ao continente é o que se pode responder frente ao sistema internacional, onde no jogo de bilhar certas conjunturas como guerras por recursos podem ocorrer o que justifica a prevenção. Por isto o preparo e o resguardo são essenciais para o Brasil e demais países sul-americanos; fato que será prejudicado se o dilema de segurança transparecer frente a um pequeno nível de confiança interna. Para Teixeira (2014, p.243) tal cooperação é um pensamento de longo prazo, mas de origens antigas³⁴.

Com a participação gradual da academia e da sociedade, através de seminários, pesquisas, divulgação científica, programas de pós-graduação, entre outros; não só diminui o dilema de segurança, como também demonstra as intenções pacíficas brasileira. Inúmeros fatores contribuem para a estagnação deste projeto, sejam eles oriundos de influências externas, de conflitos regionais ou de interesses divergentes. Transpor o nível de “Paz Violenta” (SEBBEN *apud* CEPIK, 2011) fazendo com que a confiança mutua e a cooperação afastem a possibilidade dos conflitos, é mais um dos desafios que o CDS precisara transpor.

Além da promoção da participação popular para que se legitimem as ações de cooperação militar aliados com as demais camadas da sociedade, a fim de afastar qualquer pensamento que os vincule a época das ditaduras no continente sul, ou que venha afirmar outro objetivo brasileiro a não ser o de promover a paz no continente. Mas ainda restam

³⁴ Cita-se aqui as intenções de Bolivar e a alguns organismos regionais como a ALBA e o MERCOSUL.

questionamentos se a Unasul conseguira efetivar ao longo dos próximos anos o que está exposto em seus documentos oficiais. Há tentativas de se superar o passado conflituoso vivenciado por seus membros, a sombra dos EUA e de outras potências sobre o cone sul, faz com que se questione se os objetivos serão de fato alcançados. A possibilidade de ter uma estrutura militar, aliada amplamente a academia e a sociedade civil, capaz de efetuar a integração conjunta é o cenário futuro esperado. Caberá aos demais pesquisadores daqui há alguns anos averiguar se a proposta sairá do abstracismo do papel para se concretizar à realidade vivenciada.

REFERÊNCIAS

- AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA, (2013). **Empresa francesa é escolhida para construir satélite brasileiro**. <<http://www.aeb.gov.br/2013/08/empresa-francesa-e-escolhida-para-construir-satelite-brasileiro-2/>>. Acesso em 25 de agosto de 2013
- ALMEIDA, Perpetua (2013). **Amparos institucionais aos Estudos de Defesa**. p.55-63. *In*: MONTEIRO, Alvaro Dias; WINAND, Erica C.A.; GOLDONI, Luis Rogerio Franco [orgs.]. *Pensamento Brasileiro em Defesa: VI ENABED*. Editora UFS. Aracaju – SE.
- AMARAL, Roberto (2014). **Política de defesa de um país emergente**. p. 439-469 . *In*: MONTEIRO, Alvaro Dias; WINAND, Erica C.A.; GOLDONI, Luis Rogerio Franco [orgs.]. *Defesa da Amazônia: VII ENABED*. Editora UFS: Aracaju – SE.
- AMORIM, Celso (2013). **Democracia, Política Externa e Política de Defesa: Rumo a conformação de uma “grande estratégia”**. p.23-39. *In*: MONTEIRO, Alvaro Dias; WINAND, Erica C.A.; GOLDONI, Luis Rogerio Franco [orgs.]. *Pensamento Brasileiro em Defesa: VI ENABED*. Editora UFS. Aracaju – SE
- ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA – ADESG (s/d). **O que é o Livro Branco De Defesa Nacional**. < <http://www.adesg.net.br/noticias/o-que-e-o-livro-branco-de-defesa-nacional>> Acessado em 03 de novembro de 2014.
- BOOTH, Ken (2001). **Teorias e práticas da segurança no século XX: sequencia histórica e mudança radical**. *In*: *Nação e Defesa n° 99*. Outono. 2001 – 2° Serie p.32. <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD99.pdf>> . Acessado em 26 de maio de 2014.
- BOOTH, Ken; WHEELER, Nicholas (2008). **The Security Dilemma: fear, cooperation and trust in World Politics.**: Palgrave MacMillan. New York, NY <<http://www.palgrave.com/PDFs/0333587456.pdf>> Acessado em 04 de maio de 2014.
- BRASIL (2014). **Brasil**. < <http://www.portalbrasil.net/brasil.htm>>. Acesso em 06 de junho de 2014
- BRASIL, (2013) .Decreto nº 5.484 de 30 de junho de 2005. **Política Nacional de Defesa**. 2005. < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>> Acesso em 20 de agosto de 2013
- BRASIL, (2008). Decreto nº 6703, 18 de dezembro de 2008. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2008. 2 ed. <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf> Acesso em 23 de agosto de 2013

- BRASIL(2010). Lei complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Casa Civil – subchefia para assuntos jurídicos.** < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm> Acesso em 02 de janeiro de 2014.
- BRASIL (2013). **Prosub – Programa de Desenvolvimento de Submarinos.** MARINHA DO BRASIL. 18 de maio de 2013. <<http://www.youtube.com/watch?v=inhSFQIyYIA>>. Acesso em 25 de agosto de 2013
- BRASIL (2013).**Prosub – Programa de Desenvolvimento de Submarinos.** MARINHA DO BRASIL. <https://www.mar.mil.br/menu_v/ccsm/temas_relevantes/prosub-completo.pdf>. Acesso em 25 de agosto de 2013
- BRASIL (2014). **Ações Orçamentárias Integrantes da Lei Orçamentária para 2014.** MINISTERIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTAO – Secretaria de Orçamento Federal. < <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2014/arquivos-cadastrados-de-acoas/2058.pdf>>. Acessado em 08 de novembro de 2014.
- BRASIL (2014). **Amorim destaca evolução dos investimentos realizados as forças armadas.**). MINISTÉRIO DA DEFESA. Disponível no canal: VideosDefesa em <https://www.youtube.com/watch?v=BBvWewnVBHQ>. Acesso em 02 de abril de 2014
- BRASIL (2013). **Apresentação do Ministro Nelson Jobim.** MINISTÉRIO DA DEFESA. <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/Apresentacao_do_Ministro_Nelson_Jobim.pdf>. Acesso em 25 de agosto de 2013
- BRASIL, (2012). **Livro Branco de Defesa Nacional.** MINISTERIO DA DEFESA. < <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/lbdndigital/livrobranco.pdf>> Acesso em 07 de dezembro de 2013
- BRASIL (2014).. **Gastos do Programa 2058 – Política de Defesa Nacional.** *Portal da Transparência* <<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaGDProgramaPesquisaAcao.asp?ano=2014&textoPesquisaPrograma=defesa&codigoPrograma=2058&nomePrograma=Pol%EDtica%20Nacional%20de%20Defesa&Pagina=1>>. Acessado em 05 de novembro de 2014
- BRASIL (s/d). Senado Federal. **Paed: aquisição de equipamentos para as Forças Armadas.** *Jornal Em Discussão.* <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/estrategia-nacional-para-reorganizaao-e-reaparelhamento-da-defesa/paed-aquisicao-de-equipamentos-para-as-foras-armadas.aspx>> Acessado em 10 de novembro de 2014

BRASIL, (2013). **Satélite geostacionário vai ampliar capacidade de cobertura das comunicações militares.** MINISTÉRIO DA DEFESA - *Assessoria de comunicação do MD*. 15 de agosto de 2013. <<http://www.defesa.gov.br/index.php/ultimas-noticias/8770-15-08-2013-defesa-satelite-geoestacionario-vai-ampliar-capacidade-de-cobertura-das-comunicacoes-militares>>. Acesso em 23 de agosto de 2013.

BRASIL (2010). **Brasil 2022.** *Secretaria de Assuntos Estratégicos*. <<http://www.sae.gov.br/brasil2022/?p=341>>. Acessado em 22 de novembro de 2014.

BRASIL,(2013). **Submarino nuclear colocara Brasil em novo patamar, diz Amorim.** MINISTÉRIO DA DEFESA - *Assessoria de comunicação do MD*. 09 de agosto de 2013. <<http://www.defesa.gov.br/index.php/ultimas-noticias/8762-09-08-2013-defesa-submarino-a-propulsao-nuclear-colocara-brasil-em-novo-patamar-diz-amorim>>. Itaguaí (RJ). Acesso em 23 de agosto de 2013.

BRIDI, Sonia. (2014). **Documentos revelam que Dilma foi alvo de espionagem americana.** *Bom Dia Brasil*, 02 de setembro de 2013. <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/09/documentos-revelam-que-dilma-foi-alvo-de-espionagem-americana.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2014

BUZAN, Barry (2012). **Evolução dos estudos de segurança internacional.** Unesp. São Paulo - SP

CARMONA, Ronaldo (2014). **Desafios ao adensamento da projeção brasileira em seu entorno estratégico.** p. 343-379 *In: MONTEIRO, Alvaro Dias; WINAND, Erica C.A.; GOLDONI, Luis Rogerio Franco [orgs.]. Defesa da Amazônia: VII ENABED.* Editora UFS: Aracaju – SE

CELI, Pablo (2014). **Multilateralismo e nova regionalização na América Latina.** p .388-396. *In: MONTEIRO, Alvaro Dias; WINAND, Erica C.A.; GOLDONI, Luis Rogerio Franco [orgs.]. Defesa da Amazônia: VII ENABED.* Editora UFS: Aracaju – SE

CELESTINO, Pedro (2013). **Universidade e indústria a luz da Estratégia Nacional de Defesa.** p.125-131 *In: MONTEIRO, Alvaro Dias; WINAND, Erica C.A.; GOLDONI, Luis Rogerio Franco [orgs.]. Pensamento Brasileiro em Defesa: VI ENABED.* Editora UFS. Aracaju – SE

CEPIK, Marco A.C. (2001) **Segurança nacional e Segurança humana: problemas conceituais e consequências políticas.** *In: Security and Defense Studies Review Vol 1 n° 01.* p. 01-19. Washington DC – EUA. .

CEPIK, Marco A.C. (2005) **Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural.** *Observatório Político Sul-Americano, Iuperj/Ucam n° 09,* agosto de

2005.< http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/0107-001_g.pdf >
Acessado em 18 de abril de 2014.

CEPIK, Marco A.C. ; ARTURI, Carlos S. (2011) **Tecnologias de informação e Integração Regional: Desafios institucionais para a cooperação sul-americana na área de segurança**. p. 651-691. In: *Revista de Ciências Sociais*, vol 54 n° 04. Rio de Janeiro – RJ < <http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n4/05.pdf> > Acessado em 19 de abril de 2014.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook – South America**
< https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/wfbExt/region_soa.html > Acesso em 18 de novembro de 2014

CHADE, Jamil. (2013). **Gastos militares no Brasil aumentaram em 56% em dez anos**. *Jornal O Estado De São Paulo*. 14 de abril de 2013.
<<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,gastos-militares-no-brasil-aumentaram-em-56-em-dez-anos,1020922,0.htm> >. Acesso em 25 de agosto de 2013.

CLAUSEWITZ, Carl Von (1976). Da **Guerra**. Tradução de Nascimento & Do valle. P. 75-94; 417-441; 621-634. <<https://pensamentosnomadas.files.wordpress.com/2012/11/daguerre-carl-von-clausewitz.pdf> > . Acesso em 15 de junho de 2014

CROXTON, Dereck (2010). **The Peace of Westphalia of 1648 and the origins of sovereignty**. In: *The Internacional History Review* p. 569-591.
<<http://dx.doi.org/10.1080/07075332.1999.9640869> > Acesso em 28 de março de 2014

DEEPASK. **Consulte o gasto militar (em percentual do PIB) por país e sua posição no ranking mundial – SURINAME**. < [http://www.deepask.com/goes?page=suriname-Consulte-o-gasto-militar-\(em-percentual-do-PIB\)-por-pais-e-sua-posicao-no-ranking-mundial](http://www.deepask.com/goes?page=suriname-Consulte-o-gasto-militar-(em-percentual-do-PIB)-por-pais-e-sua-posicao-no-ranking-mundial) > Acesso em 17 de novembro de 2014

DIALLO, M. A.; NUNES, LITO FERNANDES; GARCIA, Lorena A. M (2011). **Conflito na Líbia: Uma análise crítica do intervencionismo ocidental pelo poder e recursos energéticos em nome da defesa da democracia**. In: *IV Seminário Nacional de Ciências Política*, 2011, Porto Alegre - RS

DREGER, Fabricio Brugali (2009). **Integração na América do Sul: A Unasul e o Conselho de Defesa Sul-Americano**. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul – UFRGS. Porto Alegre. p. 44-65.
<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/unasul/mono_dreger_unasul.pdf >. Acesso em 20 de março de 2014

FARIA, Luis A. Estrella (2013). **O Valor Do Conceito De Hegemonia Para As Relações Internacionais**. In: *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* v.2, n.3, Jan-Jul 2013. p.209-232 <

<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/36047/23977>>. Acesso em 12 de novembro de 2014.

FIGUEIRA, Ariane Roder. (2011) **Introdução a análise de política externa**. p. 01-42. Editora Saraiva, São Paulo - SP.

FILHO, Oscar Medeiro (2014). **Breve panorama de Segurança na América do Sul**. p. 21-43 *In: O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de [orgs] IPEA, Brasília - DF

FORTI, Alfredo W. (2014). **O papel da defesa na proteção dos recursos naturais estratégicos da América do Sul**. p.397-412. *In: MONTEIRO, Alvaro Dias; WINAND, Erica C.A.; GOLDONI, Luis Rogerio Franco [orgs.]. Defesa da Amazônia: VII ENABED*. Editora UFS: Aracaju - SE.

FUCCILLE, Alexandre (2014). **O Brasil e a América do Sul: (re)pensando a segurança e a defesa na região**. p. 112-147. *In: Revista Brasileira de Estudos de Defesa*. v1 n°1. Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Porto Alegre – RS.

JERVIS, Robert (1978). **Cooperation under the security dilemma**. p. 167-214. *In: World Politics*, vol 30 n° 2, Cambridge University. UNITED STATES. <<http://www.jstor.org/stable/2009958>> Acesso em 05 de abril de 2014 .

JESUS, Diego Santos Viera de (2010). **O baile do monstro: O mito da Paz de Vestefália na história das relações internacionais modernas**. *Dimensões - revista de história da Ufes* n° 26 (2011). <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2573>> Acesso em 03 de março de 2014

JESUS, Samuel de (2013). **O Livro Branco De Defesa Do Brasil e suas implicações geopolíticas**. *In: Boletim Mundorama* n° 69 – Maio/2013. <<http://mundorama.net/2013/06/01/o-livro-branco-de-defesa-do-brasil-e-suas-implicacoes-geopoliticas-por-samuel-de-jesus/>>. Acessado em 03 de novembro de 2014.

JOBIM, Nelson A. (2014). **Sistema internacional de segurança, Brasil e América Latina**. p.431-439. *In: MONTEIRO, Alvaro Dias; WINAND, Erica C.A.; GOLDONI, Luis Rogerio Franco [orgs.]. Defesa da Amazônia: VII ENABED*. Editora UFS: Aracaju, SE.

GODOY, Bulmini R. (2014). **Rumo ao Eldorado: uma viagem de 20 anos no campo de defesa na América do Sul**. p.469-495. *In: MONTEIRO, Alvaro Dias; WINAND, Erica C.A.; GOLDONI, Luis Rogerio Franco [orgs.]. Defesa da Amazônia: VII ENABED*. Editora UFS: Aracaju, SE.

- GUIMARAES, Marcio Azevedo. (2012). **A política de defesa do Brasil e o Conselho de Defesa Sul-Americano**. P. 07-116. Tese de Pós graduação em Ciências Políticas pela Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul – UFRGS. Porto Alegre - RS.
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72752/000881282.pdf?sequence=1>>
Acesso em 02 de abril de 2014
- HERZ, John H (1950). **Idealist Internationalism and the Security Dilemma**. p.157-180. *In: The Johns Hopkins University Press - World Politics*, Vol. 2, No. 2 January, 1950. UNITED STATES. <<http://www.jstor.org/stable/2009187>> Acesso em 13 de abril de 2014
- HERZ, Monica (2010). **Construindo confiança na América Latina**. p.96-121 *In: CEPIK, Marcos [Org.] Segurança Internacional – práticas, tendências e conceitos.* . Hucitec Porto Alegre - RS
- KAWAGUTI, Luis. (2013). **Brasil aumenta em 34% investimentos militares entre 2011 e 2012**. *BBC Brasil*, 26 de abril de 2013. <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2013/04/26/brasil-aumenta-em-34-investimentos-militares-entre-2011-e-2012.htm>>. Acesso em 25 de agosto de 2013
- LEAL, Maria Luisa Campos Machado (2013). **Integração das políticas de defesa industrial e de inovação para fortalecimento e sustentabilidade da base industrial de defesa**. p.131-141 *In: MONTEIRO, Alvaro Dias; WINAND, Erica C.A.; GOLDONI, Luis Rogerio Franco [orgs.]. Pensamento Brasileiro em Defesa: VI ENABED*. Editora UFS. Aracaju – SE
- LEISTER, Margareth (2005). **Princípio da não intervenção e soberania nacional**. *In: Âmbito Jurídico*, Rio Grande, VIII n° 22, agosto de 2005. <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=330&revista_caderno=16> Acesso em 02 de maio de 2014.
- LIMA, Marcos Costa (2013). **Novos sentidos de segurança e defesa no capitalismo em crise**. p.97-125 *In: MONTEIRO, Alvaro Dias; WINAND, Erica C.A.; GOLDONI, Luis Rogerio Franco [orgs.]. Pensamento Brasileiro em Defesa: VI ENABED*. Editora UFS. Aracaju – SE
- MARTINS, Raul F (1996). **GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA- O Que São e Para Que Servem** . *In: Nação e Defesa*. <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1585/1/NeD78_RaulFrancoisMartins.pdf> Acesso em 28 de novembro de 2014.
- MEI, Eduardo (2014). **Clausewitz Heterodoxo: Apontamentos sobre o impasse brasileiro**. p.259-275. *In: MONTEIRO, Alvaro Dias; WINAND, Erica C.A.; GOLDONI, Luis Rogerio Franco [orgs.]. Defesa da Amazônia: VII ENABED*. Editora UFS: Aracaju, SE.

MAQUIAVEL, Nicolau (1513). **O Príncipe**.

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000052.pdf>> Acesso em 25 de novembro de 2014

MILITARY POWER. **Novos equipamentos para as Forças Armadas do Brasil**.

<http://www.militarypower.com.br/brasil_02.htm>. Acessado em 05 de novembro de 2014.

NETO, Manuel Domingues (2013). **A necessidade dos estudos de defesa**. p.39-55 *In*:

MONTEIRO, Alvaro Dias; WINAND, Erica C.A.; GOLDONI, Luis Rogerio Franco [orgs.]. *Pensamento Brasileiro em Defesa: VI ENABED*. Editora UFS. Aracaju – SE

NOGUEIRA, Joao Pontes; MESSARI, Nizar. (2005). **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Elsevier. Rio de Janeiro - RJ

OLIVEIRA, Lucas Kerr; CEPIK, M. C.; BRITES, P. V. (2013) **O Pré-Sal e a Segurança do Atlântico Sul: a defesa em camadas e o papel da integração sul-americana**.

<http://www.encontro2014.abedef.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=38> Acesso em 24 de novembro de 2014.

PAGLIARI, Graciela De Conti (2008). **O Brasil e a Segurança Regional**. *In: América do Sul. Economia & Política da Integração Regional*. CEPIK, Marco [org.] p. 11-20

PAGLIARI, Graciela De Conti (2010). p. 13-29. **Segurança e Defesa na América do Sul: A cooperação regional e o papel do Brasil**. *In: Dialogo* n° 16. Canoas – RS.

PALACIOS, Ariel (2012). **Deputado paraguaio quer base militar dos Estados Unidos no país**. *Estadão*. 06 de julho de 2012, seção Internacional.

<<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,deputado-paraguaio-quer-base-militar-dos-estados-unidos-no-pais,896856>> Acessado em 20 de novembro de 2014.

PARET, Peter (2003). **Clausewitz**. p. 258-291. *In: Construtores da Estratégia Moderna*. Bibliex. Rio de Janeiro - RJ.

PATU, Gustavo; GIELOW, Igor (2013) **Projetos militares lideram investimentos do governo federal**. *Jornal Folha de São Paulo*, 20 de setembro de 2013.

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/11/1373860-projetos-militares-lideram-investimentos-do-governo-federal.shtml>> Acesso em 21 de setembro de 2013

PEDROSA, Fernando V. G.(2011) **A Estratégia Nacional De Defesa e os Direitos Humanos**. p. 3-18. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA – Centro de Estudos Estratégicos. *Caderno de Estudos Estratégicos* n° 10.

<<http://www.esg.br/uploads/2009/01/caderno10.pdf>> Acesso em 23 de agosto de 2013.

- PEREIRA, Mauro Cesar Rodrigues (2013). **O pensamento estratégico brasileiro: retrospecto e desafios do presente e futuro**. p.87-97 In: MONTEIRO, Alvaro Dias; WINAND, Erica C.A.; GOLDONI, Luis Rogerio Franco [orgs.]. *Pensamento Brasileiro em Defesa: VI ENABED*. Editora UFS. Aracaju – SE
- PEREIRA, Priscila Rodrigues (2010). **Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa: um processo não linear**. In: *Mundorama*. <<http://mundorama.net/2010/12/01/politica-de-defesa-nacional-estrategia-nacional-de-defesa-e-livro-branco-de-defesa-um-processo-nao-linear-por-priscila-rodrigues-pereira/>> Acesso em 02 de novembro de 2014;
- PIETROBON-COSTA, Flavio (2014). **Inovação, gestão e estruturação do exército brasileiro no século XXI**. p.38-55. In: *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v1 n1, jul 2014. ABED. Porto Alegre - RS.
- REIS, Bruno Cardoso(2011). **Uma certa percepção das Relações Internacionais – entrevista com Robert Jervis**. p.149-166. *IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais*, In: *Relações Internacionais* n° 30 – jun de 2011. Lisboa – PORTUGAL. <http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI30_Artg10_BCR.pdf> Acesso em 26 de maio de 2014.
- REZENDE, Lucas Pereira (2014). **Expectativas estruturais para a América do Sul**. p. 413-425. In: MONTEIRO, Alvaro Dias; WINAND, Erica C.A.; GOLDONI, Luis Rogerio Franco [orgs.]. *Defesa da Amazônia: VII ENABED*. Editora UFS: Aracaju, SE.
- SALOMAO, Gilberto (2008). **Guerra dos trinta anos: conflito entre católicos e protestantes marcou Europa de 1618 a 1648**. Uol Educação <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/guerra-dos-trinta-anos-conflito-entre-catolicos-e-protestantes-marcou-europa-de-1618-a-1648.htm>> Acesso em 26 de abril de 2014.
- SAINT-PIERRE, Hector Luis (2013). **Pensamento em defesa no Brasil em perspectiva filosófica e histórica**. p.63-87 In: MONTEIRO, Alvaro Dias; WINAND, Erica C.A.; GOLDONI, Luis Rogerio Franco [orgs.]. *Pensamento Brasileiro em Defesa: VI ENABED*. Editora UFS. Aracaju - SE
- SEBBEN, Fernando Dall'Onder (2011). **América do Sul: Comunidade de Segurança ou Paz Violenta**. <<http://www.isape.org.br/index.php/publicacao/49>> Acessado em 28 de novembro de 2014
- TEIXEIRA, Vinicius Modolo (2014). **A cooperação em defesa na América do Sul com base para a integração do continente**. *Centro de Estudos de Geopolítica e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro - RJ
- THE POLICY TENSOR (2012). **The Topology of Global Power**.

< <http://policytensor.com/2012/05/25/the-topology-of-global-power/>> Acesso em 28 de novembro de 2014

UNION DE NACIONES SURAMERICANAS.(2008). **Decision para el establecimiento del Consejo de Defensa Suramericano de la Unasur**. Bahia, Brasil. 2008.
<<http://www.unasursg.org/uploads/11/27/11272dcbdad1a64e7b7daa8a627ed68/Estatutos-de-creacion-Consejo-de-Defensa-Suramericano.pdf>> Acesso em 05 de janeiro de 2014

UNION DE NACIONES SURAMERICANAS (2008). **Tratado Constitutivo de la Union De Naciones Sulamericanas**.
<<http://www.unasursg.org/images/descargas/DOCUMENTOS%20CONSTITUTIVOS%20DE%20UNASUR/Tratado-UNASUR-solo.pdf>> Acessado em 29 de outubro de 2014

UNION DE NACIONES SURAMERICANAS. **Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR**.
<<http://www.unasursg.org/images/descargas/ESTATUTOS%20CONSEJOS%20MINISTERIALES%20SECTORIALES/ESTATUTO%20CONSEJO%20DE%20DEFENSA.pdf>>. Acessado em 29 de outubro de 2014.

VIEGAS, Jose (2014). **Incertezas globais e perspectivas do Brasil**. p.425-431. In: MONTEIRO, Alvaro Dias; WINAND, Erica C.A.; GOLDONI, Luis Rogerio Franco [orgs.]. *Defesa da Amazônia: VII ENABED*. Editora UFS: Aracaju, SE.

VIZENTINI, Paulo Fagundes (2004). **O Brasil: problemas de defesa e segurança no século XXI**. p. 171-178. In: PINTO, J.R. de Almeida; ROCHA A.J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinto [orgs.] *O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança. O pensamento brasileiro sobre segurança*. Vol 2. Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação. Brasília – DF. 2004. Disponível em:
<<http://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/brasil.pdf>>. Acesso em 24 de agosto de 2013

WIKIMEDIA COMMONS. **Mapa de Europa em 1648, al final de la guerra de los treinta años**. Autoria de Roke com base em Rosado.
< http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Europe_map_1648-es.png> Acesso em 30 de novembro de 2014